



Instituto Politécnico de Santarém

Escola Superior de Educação de Santarém

Percursos e Trajetórias de Beneficiários de RSI: transitoriedade e fatalismo

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre na área de Educação Social e Intervenção Comunitária

Mestranda: Andreia Frade

Orientadora: Dr.^a Lia Pappamikail

Co-orientadora: Dr.^a Ricardina Reis

Coordenador de Mestrado: Dr. Paulo Dias

2013

Agradecimentos

Quero agradecer a todas as pessoas que marcaram e enriqueceram a minha vida pessoal e académica, ao longo dos últimos anos e que me proporcionaram momentos únicos;

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio da minha família, amigos, colegas e professores, por isso expresso aqui a minha amizade e consideração por todos;

À Dra. Lia Pappamikail, pela sua disponibilidade, orientação constante, dedicação e motivação;

À Dra. Ricardina Reis, pelo apoio e incentivo, uma vez mais se demonstrou totalmente disponível para contribuir na minha formação académica;

Às minhas colegas de mestrado, pela força e ajuda mútua em todos os momentos de aprendizagem, estamos de parabéns, lutámos muito para chegar aqui;

A todos os meus amigos e amigas pela grande amizade que nos une, e, especialmente ao Tiago por todo o apoio e força que me deu;

À minha família que sempre me deu, confiança e liberdade para evoluir e inspiração na luta dos meus objetivos de vida.

Resumo

A dissertação de mestrado apresentada é um estudo realizado com beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) que pretende dar a conhecer as suas trajetórias de vida e perceber contextos de pobreza e exclusão social.

O contato com estes beneficiários foi feito através da European Anti-Poverty Network (EAPN), núcleo de Santarém, que é parceira/mediadora neste estudo e efetua a articulação com as três equipas protocoladas de RSI do concelho de Santarém.

Confronta a realidade atual com o impacto das alterações da revisão do regime jurídico e da lei da condição de recursos do RSI com o decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de junho. Com a análise dos resultados pretende-se verificar as mudanças significativas nos contextos familiares e sociais. As políticas sociais existentes e as metodologias de intervenção utilizadas são também importantes para compreender os resultados obtidos e verificar se existe ou não uma aplicação eficaz e o que pode efetivamente mudar.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão social, Rendimento Social de Inserção, Inclusão Social, Medidas e Políticas de Intervenção social.

Abstract

The following dissertation is a study of the beneficiaries and seeks to present their backgrounds and life trajectories and to understand contexts of poverty and social exclusion.

The contact with these beneficiaries was done through the European Anti-Poverty Network (EAPN), Santarém section (a partner/mediator) and this study makes the link with the three RSI teams fielded at Santarém's municipality.

This study aims to confront the current reality with the impact of the changes in the revision of the resources legal law of RSI with the Decree-law nb. 133/2012 of 27 June. Through the analysis of results it is intended to show verify the significant changes in family and social contexts.

The existing social policies and intervention methodologies used are also important to understand the results and to check if they are efficient or not and what can really change.

Keywords: Poverty, Social Exclusion, Social Insertion Income, Social Inclusion Measures and Policies for Social Intervention.

Resumé

La dissertation présentée est une étude sur les bénéficiaires de revenu d'insertion sociale (RSI) et cherche présenter leurs origines, leurs trajectoires de vie, entendre leurs contextes de pauvreté et d'exclusion.

Le contact avec les bénéficiaires a été réalisée par l'Office européen de lutte contre la pauvreté (EAPN), le noyau de Santarém, qui est un partenaire/ médiateur et cette étude fait le lien avec les trois équipes déposés du RSI de la municipalité de Santarém.

Cette étude confronte plus précisément la réalité actuelle de l'impact des changements dans la révision de la loi juridique et les ressources du RSI avec le décret-loi numéro 133/2012 du 27 Juin. Avec l'analyse des résultats, c'est possible vérifier si les changements importants, dans des contextes familiaux et sociaux.

Les politiques sociales existantes et les méthodes d'intervention utilisées sont également importantes pour la compréhension des effets obtenus et vérifier s'il existe ou non une bonne application des résultats et s'ils peuvent effectivement changer.

Mots-clés: pauvreté, exclusion sociale, revenu d'insertion sociale, d'inclusion sociale et les politiques d'intervention sociale.

Acrónimos

EAPN – European Anti-Poverty Network

UE – União Europeia

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

INE – Instituto Nacional de Estatística

MSSS – Ministério da Solidariedade e Segurança Social

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

PNAI – Plano Nacional para a Inclusão

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

Índice

Resumo	3
Abstract.....	4
Resumé	5
Introdução.....	8
Capítulo I – Fundamentação Teórica.....	11
1.1. Pobreza e Exclusão Social.....	11
1.2. Políticas sociais para a integração	15
1.3. O Rendimento Social de Inserção	19
1.3.1. Implementação e efeitos do RSI.....	20
1.3.2. Introdução das novas medidas de atribuição do RSI.....	26
1.3.3. Os beneficiários do RSI: trajetórias e processos de inclusão social	29
Capítulo 2 – Metodologias de investigação aplicadas.....	31
2.1. Público-alvo.....	31
2.2. Métodos e Técnicas de Investigação	31
2.2.1. A Entrevista Semi-diretiva: análise das trajetórias e percursos de vida dos beneficiários de RSI.....	32
Capítulo 3 – Apresentação e análise dos resultados	34
3.1. Análise das entrevistas.....	34
Conclusão	53
Bibliografia.....	58
Webgrafia	60
Anexo I – Guião de Entrevista	63
Anexo II – Grelha de Análise	67
Anexo III – Caracterização dos Entrevistados	70
Anexo IV – Transcrição das Entrevistas	71

Índice de Quadros

Quadro 1 – Valor máximo atribuído – elementos do agregado familiar.....	21
Quadro 2 – Penalizações na celebração do Contrato de Inserção	25
Quadro 3 – Penalizações por incumprimento do Contrato de Inserção	25
Quadro 4 – Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais	29
Quadro 5 – Indicadores de desigualdade do rendimento.....	29

Introdução

A dissertação de mestrado apresentada é um estudo realizado junto dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI). O contato com os beneficiários foi feito através da European Anti-Poverty Network (EAPN), núcleo de Santarém, e pretende dar a conhecer os seus percursos e trajetórias de vida, perceber os seus contextos de vida, com particular incidência nas dimensões da pobreza e exclusão social, aferindo simultaneamente o impacto das novas medidas e alterações nas condições de acesso a esta prestação, mais especificamente, o impacto das alterações da revisão do regime jurídico¹ e da lei da condição de recursos do Rendimento Social de Inserção com o decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de Junho. Pretende-se ainda analisar as mudanças significativas nos contextos familiares, sociais e comunitários.

As razões que estiveram na base da decisão para a escolha da instituição parceira/mediadora neste estudo foram múltiplas. Em primeiro lugar, o trabalho desenvolvido no combate à pobreza e exclusão social pela EAPN, em segundo, o apoio contínuo a outras organizações e associados que atuam nesta área e, por último, o conhecimento prévio da EAPN através do estágio curricular e do projeto de investigação desenvolvido em 2008². A EAPN fez a articulação com as três equipas protocoladas de RSI do concelho de Santarém para o contato com os respetivos beneficiários. No que diz respeito à delimitação da área geográfica do estudo, importa esclarecer que esta está, pelo exposto, relacionada com o conhecimento aprofundado da EAPN. Com o objetivo de construção de redes representativas e ativas na luta contra a pobreza e exclusão social, dá-se ênfase, por esta via ao trabalho em rede, afinal um eixo fundamental de intervenção do educador social.

O tema da pobreza e da exclusão é extremamente relevante nos dias de hoje para compreender as alterações e as mudanças que a crise à escala mundial provoca, com o consequente aparecimento de novas realidades económicas, sociais e familiares. O desemprego tem vindo a subir gradualmente nos últimos anos, sendo que a taxa encontra-se nos 17,5%³. Para isso, a sociedade necessita de estar preparada mais do que

¹ Revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção e da lei de condição de recursos: <http://associacaopromotoradaeducacaosocial.blogspot.pt/> consultado no dia 9 de Julho de 2012

² Projeto de Investigação “O Perfil das Organizações Não Governamentais (ONG’s) de Solidariedade Social do distrito de Santarém”: http://www.eapn.pt/projectos_visualizar.php?ID=93

³ Taxa do desemprego: <http://www.publico.pt/economia/noticia/faremos-tudo-para-estabilizar-e-diminuir-a-taxa-de-desemprego-diz-ministro-da-economia-1589875> consultado a 8 de Abril de 2013

nunca e criar mecanismos de resposta mais eficazes para a integração social, comunitária e profissional dos indivíduos mais afetados. Neste sentido, a Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho que cria o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), instituiu justamente uma prestação do regime não contributivo da segurança social articulada com um programa de inserção social. Desde a sua implementação, que o Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio que é concedido através da celebração de um contrato de inserção que foi criado para garantir as condições mínimas e satisfazer as necessidades básicas de famílias e indivíduos mais carenciados ao mesmo tempo que promove a sua inclusão social. Este apoio visa ser uma prestação transitória numa fase de carência que lhes permita novamente a integração social e profissional, pois pretende-se que os sujeitos se consigam emancipar e deixar de precisar deste apoio.

Recentemente, o Decreto-Lei n.º 133/2012 de 27 de Junho procede, nomeadamente à revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção e da lei de condição de recursos. A linha de orientação desta investigação é pois perceber o impacto significativo destas novas alterações com a realidade atual, no que diz respeito ao acesso à educação, à inserção profissional, à integração social e comunitária dos casos que serão apresentados. A chamada nova pobreza é um fenómeno que atinge cada vez mais pessoas que tradicionalmente estava fora das bolsas de pobreza. Sempre se debateu estas questões e onde há crise há efetivamente casos graves de pobreza e exclusão social mesmo que não sejam visíveis a todos. Importa aqui salientar que é essencialmente a pobreza mascarada que preocupa cada vez mais as entidades e indivíduos que intervêm ativamente nesta área levando-os a questionar se os mecanismos de resposta são aplicados de forma justa e eficaz.

Em suma, o **objetivo geral** desta dissertação é caracterizar um grupo de pessoas que beneficiam do RSI, avaliando a implementação das novas condições de acesso a esta prestação. As questões principais que guiam este estudo foram formuladas da seguinte forma:

- “Que relação existe entre o impacto causado pelas novas condições de acesso ao RSI e o aumento da pobreza e exclusão social?”
- “Foram criados mecanismos eficientes para avaliar o desempenho da implementação do Plano de Inserção Social?”
- “O Plano de Inserção Social é ajustado à realidade dos seus beneficiários?”

Como **objetivos gerais** pretende-se contribuir para: verificar o impacto causado pela introdução destas novas medidas; averiguar a relação entre cidadania e políticas sociais e relacionar o RSI com a integração social. Pretende-se assim explorar em que contextos e quais os indivíduos mais afetados pelo impacto das novas alterações do apoio social; perceber a importância da introdução de políticas sociais que contribuem para o exercício da cidadania ativa; conhecer também as repercussões do RSI na reinserção dos beneficiários acompanhados e se é um bom instrumento de promoção da integração social. Para a concretização dos objetivos apresentados, aplicou-se uma metodologia de investigação qualitativa, privilegiando técnicas como a recolha de dados através da observação direta e a análise documental.

Ainda assim, tratando-se de uma investigação no quadro de um mestrado em educação social e intervenção comunitária a pesquisa não tem meramente fins de obtenção de novos conhecimentos acerca da realidade portuguesa.

Em qualquer contexto de intervenção, qualquer ação de base científica inclui necessariamente uma investigação – ação. As metodologias de investigação – ação permitem a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação, a produção de mudanças sociais e a formação de competências dos intervenientes. Neste contexto de intervenção foram aplicadas algumas estratégias e metodologias para a concretização do estudo, que facilitaram em simultâneo o processo de produção de conhecimento acerca da realidade social investigada e, desta forma contribuir para a melhoria dos processos de intervenção junto destas populações.

A dissertação apresentada é composta por três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma componente teórica em que se explora brevemente os conceitos de pobreza e exclusão social. Posteriormente faz-se uma abordagem à medida Rendimento Social de Inserção através da discussão de algumas das suas especificidades, respetiva implementação e efeitos, as medidas implementadas recentemente e, por último destaca-se as trajetórias e processos de inclusão social de quem é beneficiário desta prestação social. O segundo capítulo corresponde aos métodos e técnicas de investigação aplicadas e à apresentação dos beneficiários que participaram neste estudo. O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos e uma análise dos mesmos. Finalmente apresenta-se as conclusões e uma reflexão global acerca do trabalho desenvolvido pelo Educador Social neste domínio.

Capítulo I – Fundamentação Teórica

1.1. Pobreza e Exclusão Social

Atualmente, o momento é de crise económica para a Europa, sendo que Portugal está a ser particularmente afetado, dada a sua fragilidade político-económica. Este aspeto provoca a multiplicação de situações de “carência económica” e de situações de real pobreza.

Assim, os fenómenos de exclusão decorrentes de processos de empobrecimento são cada vez mais representativos. Estas questões não são recentes, no entanto, nos dias de hoje, têm estado mais evidenciadas, sendo que Luís Capucha por exemplo, que se tem dedicado ao estudo da pobreza na sociedade portuguesa, defende que existe uma diversidade de modos de entender a pobreza e a exclusão social. Apesar dessa diversidade salienta que “o ‘pobre’ ou o ‘excluído’ é visto sempre como alguém a quem falta alguma coisa, sendo essa coisa umas vezes o rendimento, se o discurso sobre a pobreza tem como pano de fundo o problema da redistribuição dos rendimentos; outras vezes o trabalho, se o problema do pobre é a exclusão face ao mercado de emprego e ao conjunto de recursos que ele proporciona; outras vezes ainda a autonomia e competências culturais, se o discurso sobre a pobreza salienta a condição moral da ‘subclasse’, por vezes dependente, por vezes ‘perigosa’” (Capucha 2005: 66).

O carácter moral da pobreza e da exclusão é particularmente saliente no que diz respeito aos beneficiários de prestações sociais, muitas vezes estigmatizados socialmente por serem vistos como indivíduos que “não querem trabalhar”.

Considerando que os conceitos de pobreza e exclusão social estão interligados, o conceito de exclusão é definido como o resultado de “uma desarticulação entre as diversas partes da sociedade e os indivíduos, que gera uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade.” (Rodrigues, et al. 1999, p: 64)

A exclusão apresenta-se assim como um fenómeno multidimensional, que reflete privação de recursos materiais e sociais que arrastam para a periferia aqueles que não participam dos valores e das representações sociais dominantes. Além de estarem interligadas, a pobreza e a exclusão social reforçam-se mutuamente. A pobreza será a dimensão mais visível da exclusão social (Rodrigues, et al. 1999: 66). Pode ser definida

como quebra dos vínculos sociais, de não pertença plena à sociedade, de não cidadania, de perda dos direitos e dos deveres de cidadão. Essa privação a que está relacionada a pobreza traduz-se, antes do mais, em más condições de vida, tratando-se normalmente de uma privação múltipla em diversos domínios das necessidades básicas.

Existem diversas políticas de combate à pobreza e exclusão, sendo que as mesmas baseiam-se na noção de integração social – “o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania”. (Rodrigues, et all. 1999: 79)

Da mesma forma, a exclusão é entendida por autores como Roque Amaro, como privação, falta de recursos, ou de uma forma mais total, ausência de cidadania. Exprime-se em várias dimensões principais do quotidiano dos indivíduos: ao nível do SER, do ESTAR, do FAZER, do CRIAR, do SABER e do TER⁴.

Já Serge Paugam (2003: 23), destaca por sua vez, que nas “sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam”, ou seja, como refere Alfredo Bruto da Costa, a exclusão é o oposto da cidadania, pois “pode considerar-se que o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos” (Costa, 2005: 14). Para o autor, a integração do indivíduo passa pela sua integração nos diversos sistemas da sociedade, e só assim este vive em plenitude dos seus direitos. Além de que, ainda na sua perspectiva, a pobreza está altamente associada à distribuição do rendimento: “O problema reside, além do mais, na repartição primária do rendimento, da propriedade e do poder. Quando se realça o papel da repartição primária do rendimento, quer-se dizer que, antes de ser problema de políticas sociais, a pobreza é um problema de política económica” (Costa et all, 2008:197).

Com o aparecimento de novas formas de pobreza e das novas classes de pobres existem cada vez mais pessoas a entrar num ciclo de pobreza. Trata-se de um tipo de pobreza que está camuflada por novos padrões de conduta e conjunto de ações que levam os indivíduos a optarem por esconder a situação em que vivem com receio de estigma. Assiste-se assim a uma desintegração social a diferentes níveis: económico, social,

⁴ As dimensões da exclusão social: http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html consultado em 17 de Janeiro de 2013.

cultural, ambiental e político. Reflete-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na participação na vida comunitária, mais concretamente, o não reconhecimento do lugar na sociedade.

Apesar da vocação abrangente do conceito, segundo Costa (1998) existem diversos tipos de exclusão social. Exclusão de tipo económico, que é normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, etc. – corresponde à noção clássica de pobreza; Exclusão de tipo social, que se situa no domínio dos laços sociais. Trata-se de uma privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à incapacidade de ser autossuficiente e possuir autonomia pessoal e um exemplo típico são os idosos e os deficientes; de tipo cultural, com especial relevância para fenómenos como o racismo e xenofobia, que podem só por si dar origem à exclusão social de minorias étnicas - culturais; de origem patológica, considera-se situações de exclusão social que podem dar-se devido a fatores patológicos designadamente da natureza psicológica ou mental e, por vezes a rutura familiar originada por problemas psicológicos ou mentais; e, por fim comportamento auto – destrutivos, trata-se de comportamentos relacionados com a toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição.

Como já se afirmou a pobreza e a exclusão social têm aumentado nas sociedades contemporâneas e Portugal não é exceção. No que se refere a Portugal, a pobreza é, simultaneamente, uma pesada herança de um passado de subdesenvolvimento e atraso económico que produziu grandes assimetrias territoriais e desequilíbrios sociais; e, nas suas novas configurações, um produto das transformações económicas e sociais que têm marcado a evolução recente da economia e da sociedade portuguesa.

Assim, os direitos sociais e económicos constituem um modelo de cidadania social e económica, que é a nova dimensão da cidadania aberta ao campo do trabalho e do mercado. Estes direitos devem ser equacionados a partir da ideia de justiça social e enquadram-se, sobretudo, na necessidade de distribuição de rendimentos e na consequente proteção aos mais vulneráveis, aos pobres e aos trabalhadores, sob a lógica de princípios como os da solidariedade e da igualdade. Igualdade e democracia estão interligadas e a democracia ainda se associa à cidadania. Assim, quando falamos de uma crise das sociedades democráticas, estamos também a falar de uma crise de cidadania, pois apesar de os estados não atentarem de forma direta contra os direitos do homem, a verdade é que a liberdade não está presente em todas as esferas da vida humana. “Há

crise de cidadania quando está em causa a dignidade igual para todos. Sem esta igualdade de dignidade e, conseqüentemente, de direitos, não é possível pensar e viver a democracia” (Fernandes, cit., Rodrigues 2010:193). Os direitos sociais estão ligados à cidadania ativa, a uma maior participação na sociedade, pois é através desses direitos que se pode promover a efetiva inserção social. Nesta linha, assume-se uma mudança nas modalidades de combate à exclusão social e na reconfiguração da segurança social. As políticas sociais ativas (como o atual RSI) são praticadas no contexto de uma importante alteração estrutural da segurança social, caracterizada pela passagem de um modelo dito “tradicional” para um “novo” modelo. Nesta transição, o princípio do assistencialismo, em que assenta a caridade exercida junto das famílias em situação socioeconómica vulnerável, deu lugar ao princípio da universalidade de direitos a todos os cidadãos. Um modelo que tem vindo a ser questionado com a retração dos apoios sociais nos tempos mais recentes e um retorno a políticas mais assistencialistas, como por exemplo, cantinas sociais.

A vivência da pobreza e da exclusão social assume, desta forma, diversas vertentes que podem ser numa lógica de vitimização ou de adoção de uma postura passiva, isto é, existe uma disposição para aceitar este estado e não contrariar esta disposição no sentido de se afirmar uma cidadania ativa. Com efeito, “enquanto uns encontram a sua saída, outros são levados a aceitar como natural a sua condição. Assim se reproduz a sociedade e se conserva o equilíbrio e a harmonia na desigualdade” (Fernandes, 1991:49). No caso da adoção de uma postura ativa e de uma estratégia institucional positiva, verificamos que muitos indivíduos são capazes de construir um projeto de vida e de se projetarem nele, reagindo positivamente sobre a sua situação. (Rodrigues, 2010:197). A pobreza e a exclusão social podem ser dissociadas através de uma intervenção mais persistente e o próprio indivíduo pode e deve conciliar os programas de inserção em que se insira para construir novos caminhos no âmbito social e profissional. A relevância de escutar os próprios beneficiários de medidas ativas de proteção social prende-se, justamente, com a necessidade de aferir até que ponto estas medidas contribuem para o aumento da cidadania.

1.2. Políticas sociais para a integração

Segundo Rodrigues, os países ocidentais democráticos ensaiaram a promoção de algumas medidas políticas, não conseguindo, no entanto, erradicar a pobreza. Aliás, crescimento económico, aprofundamento das desigualdades e desemprego são três realidades que podem coexistir num mesmo espaço e num mesmo tempo. (Rodrigues, 2010:195). Nestas condições, o princípio do assistencialismo, em que assenta a caridade exercida junto das famílias em situação socioeconómica vulnerável, dá lugar ao princípio da universalidade de direitos a todos os cidadãos. De facto, a introdução dos direitos sociais nas sociedades capitalistas contribuiu para dar a cada pessoa condições de vida independentes do mercado, o que permitiu evitar fazer de cada cidadão uma simples mercadoria sujeita a troca mercantil. Assim, cada sociedade aplicou esta lógica de desmercadorização de maneira específica e é possível hoje distinguir diferentes tipos de modelos (sociais europeus) (Rodrigues, 2010:193). Se compararmos Portugal com a restante Europa, neste mesmo período, verificamos que “no nosso país a ditadura fez recuar as políticas de educação e impôs níveis de iliteracia e de escolaridade com mais de um século de atraso em relação à generalidade das experiências europeias” (Capucha, 2000:22).

Ora, os conceitos de igualdade e de democracia aparecem estreitamente correlacionados. A noção de direitos sociais aparece mais tardiamente e estão mais relacionados com a emergência do Estado-Providência e dos encargos assumidos pela sociedade. A democracia, por sua vez, caminha a par com o conceito de cidadania. Assim, quando falamos de uma crise das sociedades democráticas, estamos também a falar de uma crise de cidadania, pois apesar de os estados não atentarem de forma direta contra os direitos do homem, a verdade é que a liberdade não está presente em todas as esferas da vida humana.

Em Portugal, constituíram-se formas híbridas de Estado-Providência, por força do seu surgimento tardio e num contexto de menor prosperidade económica e fiscal. Tem-se caracterizado por um modelo particular e por um conjunto de especificidades que o diferenciam dos restantes países europeus. (Rodrigues, 2010: 202). Trata-se de um modelo de proteção social que é frequentemente dualista.

O aparecimento das políticas sociais condicionou o desenvolvimento das formas de Estado em Portugal. Assim, enquanto nos países mais desenvolvidos da Europa,

sobretudo em França, iam surgindo mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais, em Portugal, o Estado apresentava uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de ação social. Boaventura de Sousa Santos define “sociedade-providência” como o conjunto de “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de ajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil” (Santos, 1995:46). As sociedades modernas trazem uma nova forma de organização social e um novo estatuto para o indivíduo, assumindo uma perspectiva de maior liberdade da ação individual, na qual a coesão social não se faz anulando os indivíduos, mas, pelo contrário, integrando as especificidades e as liberdades individuais. Emerge assim a sociedade de indivíduos que necessita de mecanismos internos de regulação, de modo a evitar a insegurança total e o risco de destruição da própria sociedade. (Elias cit. Rodrigues, 2010:195).

Deste modo, o assistencialismo serve sobretudo à reprodução da pobreza, uma vez que as instituições assistenciais mobilizam basicamente recursos económicos e desvalorizam a mobilização dos fundamentais mecanismos de poder: “as instituições assistenciais, através de práticas de despolitização, servem normalmente de válvula de escape ao funcionamento da sociedade, colocando sob tutela os indesejáveis e atuando como agências de normalização. Criadas para promover a erradicação da pobreza, acabam por reforçá-la” (Fernandes, 1991:60).

Podemos ainda falar simultaneamente de rede social, que se caracteriza por um conjunto de unidades e relações sociais que têm impacto na vida de uma pessoa. Podem ser grupos de indivíduos, que estabelecem uma relação de troca bens e serviços e transmissão de informação. A ação social, conceito igualmente importante nesta perspectiva, tem como objetivo o bem-estar das pessoas e das populações na proteção e defesa de grupos economicamente e socialmente desfavorecidos.

Estamos, como tal, na presença de um paradoxo: se, por um lado, esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (mantendo uma postura de submissão e de dependência) e que refaçam o seu quotidiano em função desse estigma (recorrendo ao assistencialismo), por outro, para serem bem-sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e para posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projetos (de vida). Ou seja, “mantém-se uma dependência crescente do assistido para, a termo,

lhe possibilitar a sua independência” (Frétigné, cit. Rodrigues, 2010:196). No entanto, é importante acrescentar que a sociedade portuguesa se caracteriza cada vez menos por uma forte rede de relações sociais ou de solidariedade baseada em trocas simbólicas e materiais e em formas de interconhecimento que se traduzem em prestações e consumos de bens e serviços desmercadorizados e fornecidos à margem do mercado capitalista. De outra forma, não seriam muito notadas as ausências ou as fragilidades da intervenção estatal nos domínios das políticas sociais. (Rodrigues, 2010:206).

Contudo, sabemos que existem vários grupos de pessoas que se podem considerar os mais vulneráveis a situações de pobreza, como por exemplo, indivíduos em situação de desemprego e, neste caso espera-se que encontrem caminhos para combatê-lo. O desemprego prende-se com questões relacionadas com a evolução recente do mercado de trabalho e da economia portuguesa, ligados a aspetos estruturais como a estrutura das empresas e a sua qualificação que apresenta graves défices e vulnerabilidades em termos de crescimento, competitividade e emprego, que por sinal agravam a situação vivida nos últimos anos. Mais recentemente tem-se vindo a apoiar estas pessoas através de Fundos Estruturais e de um forte investimento em medidas ativas de formação e emprego. O RSI é um exemplo disso, sendo que é uma medida que pretende ajudar numa fase transitória, grupos mais vulneráveis a encontrarem uma maior estabilidade social e profissional. Desta forma, pretende simultaneamente incentivar os seus beneficiários a encontrarem mecanismos para a sua integração profissional, daí a sua importância em abordar a empregabilidade neste estudo começando por uma breve caracterização do conceito e relacioná-lo com a inserção social.

Atualmente, o conceito de empregabilidade está muito em foco, no entanto, o mesmo apareceu nos finais dos anos 60 do século XX. A empregabilidade é um conceito que remete para a capacidade maior ou menor de obter emprego. Este conceito começou a ser utilizado mais frequentemente a partir de 1997 por questões institucionais, com a realização da Cimeira do Luxemburgo que aprovou a Estratégia Europeia para o Emprego. Esta estratégia visa contribuir para a melhoria das qualificações académicas e profissionais dos indivíduos para evitar ou reduzir a sua fragilização face às perturbações do mercado de trabalho.

É importante ainda referir que a empregabilidade por vezes é entendida apenas através das características das pessoas como o género, a condição social e sobretudo, pelas capacidades de aprendizagem. Naturalmente que a empregabilidade também depende

destas características, no entanto, as dinâmicas do mercado de trabalho, condicionadas pelo contexto económico e social, em que as competências das entidades para gerar emprego, a necessidade das capacidades dos recursos humanos, bem como as práticas de seleção e recrutamento de mão-de-obra, entre outras, são decisivas nas oportunidades de emprego criadas e contribuem para um mercado de trabalho mais produtivo e competitivo. Kovács (2002:82) definiu empregabilidade como sendo “a oportunidade e capacidade de as pessoas adquirirem competências que lhes permitam encontrar, manter e enriquecer a sua atividade e mudar de emprego”. A empregabilidade relaciona-se de certa forma com os conceitos de qualificação e formação. Significa que existe uma possibilidade acrescida de acesso ao emprego, pode ser uma transição bem-sucedida da escola para o primeiro emprego ou até mesmo a facilidade de encontrá-lo a partir de uma situação de desemprego, permitindo de certa forma, uma maior mobilidade. Ainda de acordo com Kovács (1999:9) “a questão da empregabilidade tem de ser analisada no contexto das transformações do mercado de trabalho manifestas na coexistência de tendências diversas, e até contraditórias, com particular ênfase na emergência de novas competências ligadas às mudanças técnico-organizativas e na difusão de formas atípicas e precárias de emprego (...)”.

Já para Imaginário (2003:13) o conceito de empregabilidade é um conceito que atualmente se tornou “moda” para o qual recorrentemente apelam e/ou remetem todos os discursos desde que haja um enfoque para as questões a respeito da educação e formação. Defende-se um ponto de vista segundo o qual as perspetivas de empregabilidade são muito diferenciadas de acordo com as situações concretas de trabalho e com as possibilidades de desenvolvimento das competências e essencialmente dos recursos que os próprios indivíduos têm ao seu dispor”.

O Rendimento Social de Inserção visa facilitar através de um programa de inserção, a empregabilidade, no entanto, é necessário que os próprios indivíduos tracem os seus próprios objetivos e a sua via para a inserção no mercado. Obviamente é difícil para todos encontrarem ou conseguirem oportunidades ou ter meios disponíveis para dar ênfase às suas ideias e que lhes auxiliem neste âmbito, mas a ideia essencial é lutar por melhores condições de vida e tentar com esta prestação encontrar uma via de inclusão social.

1.3. O Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Mínimo Garantido (RMG) foi estabelecido em Portugal em 1996, que posteriormente foi designado de Rendimento Social de Inserção (RSI). Este foi definido como um forte instrumento de política social e é um apoio concedido pelo Estado que tem como principal objetivo apoiar os indivíduos e famílias mais carenciadas. O RSI apresenta duas vertentes: um contrato de inserção que promove a integração social e profissional e um apoio através de uma prestação em dinheiro que assegura a satisfação das necessidades básicas. É uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, que concede às pessoas e respetivos agregados familiares, apoios que são adaptados à própria situação de carência pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades básicas e que beneficiem gradualmente e de forma positiva a sua inserção laboral, social e comunitária. Para os devidos efeitos, todo o beneficiário deste apoio assina um Contrato de Inserção que engloba um conjunto de deveres e direitos que devem ser cumpridos. Com este estudo pretende-se também conhecer até que ponto o público-alvo garante o cumprimento efetivo do contrato e que mecanismos de avaliação e acompanhamento existem para que sejam cumpridas todas as regras.

No que diz respeito à legislação aplicável⁵, a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, reeditada pela Declaração de Retificação n.º 7/2003, de 29 de Maio, revogou o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), previsto na Lei n.º 19-A/2006, de 29 de Junho e criou o Rendimento Social de Inserção (RSI). A Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto procede à alteração da Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, republicada pela Declaração de Retificação n.º 7/2003, de 29 de Maio, retomando o combate à pobreza através de mecanismos que assegurem recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social dos indivíduos que beneficiam desta prestação. O Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho veio estabelecer as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição do RSI, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio.

⁵ RSI – Legislação em Segurança Social <http://195.245.197.196/left.asp?03.06.06.01> consultado a 14 de Julho de 2012.

Com a revisão do regime jurídico e da lei da condição de recursos⁶ foram instituídos pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho, os artigos 1.º a 4.º; 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, alterado pela Lei n.º 15/2011, de 3 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro. O governo pretende com estas novas alterações reforçar o carácter transitório e a natureza contratual da prestação. Foram constatados novas alterações nos deveres de procura ativa de emprego, há um reforço maior para os beneficiários possuírem a frequência em formação e qualificação profissional e de prestação de trabalho como meios de inserção e integração social e profissional dos beneficiários da prestação e do respetivo agregado familiar.

Foram implementadas as seguintes alterações: valor da condição de recursos e alteração da escala de equivalência para efeitos da capitação dos rendimentos do agregado familiar (escalas de equivalências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE); procede-se à desindexação do valor da prestação passando a ser indexado ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS) = 419,22€. Foram ainda alargadas as situações de cessação da prestação de rendimento social de inserção. No que diz respeito, ao regime jurídico da responsabilidade emergente do recebimento de prestações indevidas, foi alterado de 36 para 120 meses. Ou seja, o prazo máximo do pagamento do montante em prestações que indevidamente foram pagas no contexto da **restituição** direta para **restituir** voluntariamente as prestações indevidamente recebidas, por parte dos beneficiários. O Instituto da Segurança Social, I. P., enquanto a entidade que gere o RSI, toma as medidas necessárias no sentido de assegurar que a renovação anual da prestação, mas que seja precedida de uma avaliação rigorosa da manutenção das respetivas condições de atribuição e, desta forma garantir a eficácia do programa e o seu efetivo cumprimento por parte do beneficiário.

1.3.1. Implementação e efeitos do RSI

De acordo com as condições de acesso ao RSI, há um conjunto de requisitos que é necessário cumprir, por ex., se um indivíduo viver sozinho, a soma dos seus rendimentos não pode ser igual ou superior a 189,52€⁷. No cálculo deste valor, não são

⁶ RSI – Legislação em Segurança Social <http://195.245.197.196/left.asp?03.06.06.01> consultado a 14 de Julho de 2012.

⁷ Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:4):

considerados alguns tipos de rendimentos como por ex., abono de família, bolsas de estudo enquadradas no âmbito da ação social escolar. É considerado apenas 80% dos rendimentos do trabalho dependente.

No caso de o indivíduo que vai requerer a prestação viver com familiares é considerado “a soma dos rendimentos mensais de todos os elementos do agregado familiar não pode ser igual ou superior ao valor máximo de RSI, calculado em função da composição do agregado familiar.” Observando o quadro I⁸, que consta no Guia Prático do RSI da Segurança Social, podemos verificar o valor máximo de RSI por cada elemento constituinte do agregado familiar.

Quadro 1 – Valor máximo atribuído – elementos do agregado familiar

Pelo Titular	€ 189,52 (100%) do valor do RSI
Por cada indivíduo maior	€ 94,76 (50%) do valor do RSI
Por cada indivíduo menor	€ 56,86 (30%) do valor do RSI

Existem ainda outros critérios de acesso à prestação de RSI, relativamente ao valor do património mobiliário e o valor dos bens móveis sujeitos a registo, tanto do requerente como do seu agregado familiar. Estes não podem ser, cada um deles, superiores a 60 vezes o valor indexante de apoios sociais que totaliza 25.153,20€, no ano de 2012. Assim, apenas têm acesso os agregados familiares, cujo valor dos bens mobiliários (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) de todo o agregado, bem como o valor dos bens móveis sujeitos a registo (veículos automóveis, embarcações, motociclos) não for superior 60 vezes ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). Ainda no que diz respeito às condições necessárias para ter acesso ao RSI, existem requisitos que deverão ser cumpridos por todo o agregado familiar, estabelece-se um compromisso de parte a parte e que todos têm de estar comprometidos com a reinserção.

Destacam-se alguns:

- Ter residência legal em Portugal há pelo menos 1 ano e apresentar documentos que comprovem, tanto para cidadãos nacionais como para cidadãos pertencentes

http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 12 de Julho de 2012

⁸ Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:5):

http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 13 de Julho de 2012

à União Europeia, Espaço Económico Europeu e Estados terceiros que tenham acordo de livre circulação de pessoas na União Europeia.

Para cidadãos dos restantes países têm de ter residência legal em Portugal há pelo menos três anos.

- Estar em situação de carência económica considerada grave e têm de assinar e cumprir o Contrato de Inserção;
- Ter 18 anos ou mais, exceto se estiver grávida, for casado ou viver em união de facto há mais de 2 anos, tiver menores ou deficientes a cargo, que tenham rendimentos próprios superiores a 70% do valor do RSI (132,66€);
- Estar inscrito no Centro de Emprego da área de residência se estiver desempregado e apto para trabalhar; autorizar a Segurança Social a aceder a todas as informações relevantes para a avaliação da situação social e económica (depende do preenchimento de um formulário quando solicitado o RSI);
- Estar desempregado por iniciativa própria (sem justa causa) só poderá solicitar a prestação de RSI um ano após a data em que ficou desempregado;
- Não estar em prisão preventiva ou a cumprir pena de prisão em estabelecimento prisional e não se encontrar institucionalizado em equipamentos financiados pelo Estado.⁹

O requerente da prestação de RSI poderá ainda acumular com outras prestações, tais como:

- Pensão social de velhice; Pensão social de invalidez; Pensão de viuvez; e Pensão de orfandade;
- Complemento por dependência e Complemento solidário para idosos;
- Subsídio de renda de casa; bonificação de residência; subsídio por assistência a 3ª pessoa; subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial;
- Abono de família; Abono pré-natal;
- Subsídios no âmbito da parentalidade e adoção; subsídio de doença; e subsídio de desemprego.

No que diz respeito à documentação necessária para reunir todas as condições de acesso são exigidos os seguintes formulários:

- Modelo RSI 1 – Requerimento RSI;

⁹ Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:5): http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 12 de Julho de 2012

- Modelo RV 1013 – DGSS – Boletim de Identificação de todo o agregado familiar para cidadãos que são portugueses (caso não saiba o NISS – número de identificação da Segurança Social – dos elementos do agregado familiar);
- Modelo RV 1014 – DGSS – Boletim de identificação do agregado familiar – neste caso para estrangeiros (caso não saiba o NISS – número de identificação da Segurança Social – dos membros do agregado familiar);
- Modelo RSI 28 / DGSS – Declaração da Composição/ Rendimentos Agregado Familiar e Modelo RSI 31 / DGSS – Pedido de Alteração de elementos.

É ainda necessário a apresentação dos documentos de identificação que estão válidos do requerente e dos elementos do agregado familiar caso tenha. O requerente poderá ser solicitado pelos serviços de Segurança Social sempre que necessário a Declaração de Autorização para acesso à informação bancária. Se esta declaração não for entregue, quando exigida, o pedido de atribuição da prestação é arquivado. Se a prestação já estiver em curso o pagamento da prestação RSI é suspenso. Os beneficiários de RSI recebem a prestação mensal que é igual à diferença entre o valor do RSI e que é calculado em função da composição do agregado familiar e do respetivo rendimento. Este valor pode variar consoante a alteração dos rendimentos.

Para o cálculo do RSI são considerados os rendimentos de trabalho dependente; rendimentos de trabalho independente (empresariais e profissionais); rendimentos de capitais e rendimentos prediais; pensões (incluindo pensões de alimentos); prestações sociais (todas exceto as prestações por encargos familiares, por deficiência e por assistência de terceira pessoa); subsídio mensal recebido no exercício de atividades ocupacionais que sejam do próprio interesse do requerente; subsídios de renda de casa ou outros apoios públicos à habitação e outros rendimentos que sejam de caráter fixo ou variável.

Caso os elementos do agregado familiar possuam património mobiliário, é considerado:

- 1/12 do maior dos seguintes valores (rendimentos de capitais auferidos e 5% do valor total do património mobiliário em 31 de dezembro do ano anterior.
- No caso dos elementos do agregado familiar forem proprietários de imóveis é considerado como rendimentos prediais;
- 1/12 resultante da soma dos valores da habitação permanente (apenas se o valor patrimonial da habitação permanente for superior a 450 vezes o IAS, ou seja, 188.649,00 € no ano de 2012);

- 5% da diferença entre o valor de património da habitação permanente e 188.649,00 € no ano de 2012 (se a diferença for positiva; nos restantes imóveis, excluindo a habitação permanente, é considerado o maior do valor das rendas efetivamente auferidas e 5% do somatório do valor patrimonial de todos os imóveis (excluindo habitação permanente).¹⁰

É importante referir que o total dos rendimentos de trabalho efetuado pelo agregado familiar no mês anterior à apresentação do requerimento da prestação social, se os rendimentos foram variáveis, é considerado 80% dos rendimentos de trabalho, sem as contribuições para a Segurança Social. Se um dos elementos do agregado familiar ou titular de desempregados começarem a trabalhar depois de ser atribuída a prestação do RSI, considera-se durante o primeiro ano apenas 50% dos rendimentos de trabalho.

O contrato de inserção tem uma duração de 12 meses e pode ser renovado a pedido do beneficiário, esta renovação deverá ser efetuada no décimo mês que antecede o fim de contrato. O contrato de inserção¹¹ é segundo o Guia Prático do RSI disponível online na Segurança Social “um conjunto de ações, estabelecidas de acordo com as características e condições do requerente e dos membros do agregado familiar, que tem como objetivo incentivar a autonomia das famílias, através do trabalho e de outras formas de integração social”.

Na celebração deste contrato, o beneficiário deverá cumprir alguns requisitos como já referido anteriormente bem como algumas obrigações:

- Avisar a Segurança Social no prazo de 10 dias se o agregado familiar mudar ou houver alteração dos rendimentos que levem à alteração da prestação de RSI; na mudança de residência deverá avisar-se num prazo máximo de 10 dias a Segurança Social;
- Fornecer à Segurança Social os documentos que comprovem as dificuldades económicas existentes;
- Ir às reuniões convocadas pelo Núcleo Local de Inserção;
- Assinar o contrato de inserção (caso este não seja assinado, o requerente fica impedido de solicitar este apoio durante 24 meses; se um dos elementos do

¹⁰ Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:9):
http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 13 de Julho de 2012

¹¹ Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:16):
http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 13 de Julho de 2012

agregado familiar não quiser celebrar o contrato de inserção, deixa de ser considerado como parte daquele agregado familiar (que, ao ficar mais reduzido, tem direito a uma prestação mais baixa) mas os seus rendimentos continuam a ser contados (o que baixa ainda mais o valor da prestação) e se um dos elementos do membro do agregado familiar não quiser celebrar o contrato de inserção não pode requerer durante 12 meses, após a recusa, há ainda outra penalização no caso de falta injustificada, aplicam-se as mesmas penalizações;

- Cumprir as obrigações assumidas no contrato de inserção;
- Solicitar outros apoios de segurança social que possa ter direito.

Como podemos verificar no quadro II e III, as penalizações por não assinar o contrato de inserção que são para todo o agregado familiar e as penalizações por incumprimento do mesmo.

Quadro 2 – Penalizações na celebração do Contrato de Inserção¹²

Penalização por falta de celebrar (não assinar) o Contrato de Inserção					
Não Celebrar o Contrato de inserção	Requerente (quem pediu)	Não pode requerer (pedir)	Não conta (Na determinação do RSI do agregado é lhe atribuída a ponderação de 0%)	Rendimentos Para o cálculo do montante da prestação de RSI do agregado	
		Durante 24 meses		Durante 12 meses	Contam sempre
	Elemento do agregado Familiar (Outra pessoa do agregado familiar de quem pediu)	Durante 12 meses		Durante 12 meses	Contam sempre
	Em novo requerimento apresentado por qualquer elemento do mesmo agregado familiar, o requerente e os elementos			Durante 12 meses	Contam sempre

Quadro 3 – Penalizações por incumprimento do Contrato de Inserção¹³

Penalização por falta de cumprimento do Contrato de Inserção					
Não cumprir o Contrato de inserção	Causa do incumprimento	Quem não cumpre	Não pode requerer (pedir)	Não conta (Na determinação do RSI do agregado é lhe atribuída a ponderação de 0%)	Rendimentos Para o cálculo do montante da prestação de RSI do agregado:
		Por recusa a emprego conveniente, trabalho	Requerente (quem pediu) ou Elemento	Durante 24 meses	Durante 24 meses

¹² Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:12):

http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 13 de Julho de 2012

¹³ Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:13):

http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 13 de Julho de 2012.

socialmente necessário, atividade socialmente útil ou formação profissional	do agregado familiar (Outra pessoa do agregado familiar de quem pediu)			
Por falta ou incumprimento de ação ou medida	Requerente (quem pediu) ou Elemento do agregado familiar (Outra pessoa do agregado familiar de quem pediu)	Durante 12 meses	Durante 12 meses	Contam sempre

Essencialmente, o contrato de Inserção contempla deveres e direitos do titular e membros do agregado familiar que deverão ser cumpridos a partir do momento em que se assina o contrato, contempla simultaneamente apoios e medidas de inserção, tanto sociais como profissionais, medidas de acompanhamento e cumprimento e medidas de acompanhamento a realizar pelos serviços competentes. A celebração e cumprimento deste contrato, no caso de reunir as condições para o trabalho, exige a disponibilidade ativa para o emprego, trabalho socialmente necessário, atividade socialmente útil, formação profissional ou outras formas de inserção.

1.3.2. Introdução das novas medidas de atribuição do RSI

Em julho de 2012 entraram em vigor as novas regras para as prestações sociais. Estas alterações vieram mudar toda a dinâmica de acesso a esta prestação social. As últimas alterações compreendem uma revisão global do regime jurídico do RSI, que vem reforçar, como se procurou demonstrar, o carácter transitório e o contrato da prestação, que inclui direitos e obrigações para os beneficiários, como por exemplo, a procura ativa de emprego.

Ao abrigo das novas regras¹⁴, a atribuição do RSI passa pela assinatura de um contrato anual, constituído de obrigações para todos os membros do agregado familiar do requerente. Os beneficiários deverão ter em conta aspetos importantes como a saúde, escolaridade dos filhos, procura ativa de emprego, trabalho social como voluntário e/ou atividades comunitárias.

¹⁴ “Novas regras de atribuição do Rendimento Social de Inserção entram em vigor em Julho”: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2634262&page=-1 consultado a 18 de Setembro de 2012.

A introdução destas novas medidas vêm dificultar o acesso a pessoas que pretendem auferir deste rendimento, pois também veio estabelecer um limite máximo de depósitos bancários no valor de 25 mil euros (com ou sem agregado), sendo que antes destas medidas o valor era de 100 mil euros. O património mobiliário e o valor de bens imóveis tanto do requerente como do seu agregado familiar também influenciam o acesso à prestação. Antes, o valor da prestação era impenhorável, atualmente pode ser parcialmente penhorável, caso o beneficiário tenha dívidas (fiscais, bancárias, entre outras). No entanto, as novas regras também indicam o alargamento das situações que implicam cessação da prestação, como as situações em que a subsistência do titular da prestação é assegurada pelo Estado, tais como o cumprimento de prisão em estabelecimento prisional. Beneficiários que cumpram prisão preventiva também deixam de receber a prestação social.

O Governo refere ainda no diploma publicado no Diário da República, que é feita uma conciliação de cálculos dos subsídios de maternidade, paternidade e adoção com o subsídio de doença, deixando de ser considerados para tal os subsídios de férias e de Natal. Relativamente à proteção na doença, as percentagens de substituição do rendimento perdido em função de novos períodos de atribuição do subsídio de doença protege períodos de baixa até 30 dias e períodos mais extensos, que variam entre 30 e 90 dias.

As novas medidas inserem uma majoração de 5% das percentagens para os beneficiários para uma remuneração que seja igual ou inferior a 500 euros, para beneficiários que tenham três ou mais descendentes constituintes do seu agregado familiar (com idades até 16 anos, ou até 24 anos se receberem abono de família) ou que tenham descendentes que beneficiem de bonificação por deficiência.

Estas alterações a par com o aumento significativo de requerimentos a este rendimento estão a causar um grande impacto, uma vez que vai restringir cada vez mais o acesso ao mesmo. Ainda assim, Registou-se um aumento do número de beneficiários em Maio de 2012¹⁵, embora haja cada vez menos pessoas a poderem requerer a esta prestação. Segundo os dados da Segurança Social existiam 335 576 os beneficiários do RSI. Em abril eram 331 840. A nível nacional, Lisboa (65 069), Porto (100 778) e Setúbal (26 234) são ainda os distritos com maior número de beneficiários. Entre janeiro e maio de

¹⁵ “Mais Beneficiários de RSI”:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=566937&tm=8&layout=121&visual=49> consultado a 21 de Setembro de 2012.

2012, registou-se um aumento de 17 216 beneficiários também a nível nacional. No entanto, com as alterações no regime de acesso à prestação social verificou-se de imediato uma queda que se iniciou em julho, sendo que em dezembro ascendia a 11%, com um registo de 282 136 beneficiários, segundo os dados publicados pelo Instituto da Segurança Social¹⁶.

Associados a estes números importa questionar no que também constitui um dos objetivos desta pesquisa, se a pobreza está de facto a aumentar e se as desigualdades estão mais acentuadas devido à introdução de novas medidas. O Instituto Nacional de Estatística (INE)¹⁷ divulgou recentemente dados provisórios sobre o ano de 2010 a partir do inquérito às Condições de Vida e Rendimento em Portugal, cujos resultados mostram que a taxa de risco de pobreza foi de 18% em 2010, um valor próximo do estimado para os dois anos anteriores (17,9%).

Quadro 4 – Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais

Ano de Referência dos dados	2007	2008	2009	2010
Antes de qualquer transferência social	41,5	41,5	43,4	42,5
Após transferências relativas a pensões	24,9	24,3	26,4	25,4
Após transferências sociais	18,5	17,9	17,9	18,0
EU - SILC	2008	2009	2010	2011 (P_o)

P_o – Valor provisório - Fonte: INE 2013

Analisando o quadro 4, verifica-se que após as transferências sociais a taxa de risco de pobreza teve um ligeiro aumento. É importante referir que a linha de pobreza relativa (que corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalente) reduziu-se de 5 207 euros para 5 046 euros, ou seja, de 434 euros para 421 euros em termos mensais. Ou seja, verificou-se uma queda objetiva nos rendimentos disponíveis para a generalidade das pessoas, com consequente pioria das condições de vida, em particular para as franjas mais vulneráveis da população.

Quadro 5 – Indicadores de desigualdade do rendimento

Ano de Referência dos dados	2007	2008	2009	2010
Coefficiente de <i>Gini</i>	35,8	25,4	33,7	34,2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	6,1	6,0	5,6	5,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	10,0	10,3	9,2	9,4
EU - SILC	2008	2009	2010	2011 (P_o)

P_o – Valor provisório - Fonte: INE 2013

¹⁶ Beneficiários com processamento de RSI 2012: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/37a19aab-d0ab-4579-b385-2bd747543a45> consultado a 10 de Março de 2013

¹⁷ Rendimento e Condições de Vida 2011: www.ine.pt consultado a 12 de Março 2012

Relativamente ao quadro 5 verifica-se um ligeiro aumento na distância entre os mais ricos e os mais pobres. O coeficiente de Gini também registou um aumento entre 2010 e 2011, o que significa um aumento das desigualdades sociais no período em análise.

1.3.3. Os beneficiários do RSI: trajetórias e processos de inclusão social

Nas sociedades mais desenvolvidas, mesmo em períodos de crescimento económico, existem fortes desigualdades sociais e económicas, que conseqüentemente geram pobreza, exclusão e desemprego. As pessoas nestas situações ficam mais vulneráveis e expostas a situações de risco, dificuldades ou handicaps através de trajetórias de vida que fortificam diferentes tipos de ruturas e perdas ou privações, que conseqüentemente são agravadas pelos mecanismos sociais de estigmatização como já referido anteriormente.

A incorporação de uma cultura da pobreza resulta assim num processo de acomodamento dos mais pobres, face aos benefícios que recebem e aos seus modos de vida, num processo que se pode tornar vicioso e impeditivo da reinserção, quando acompanhado por práticas institucionais desadequadas. Assim, “há famílias que auferem substanciais rendimentos e continuam a viver em insalubres tugúrios. Há rurais que buscam barracas na periferia de grandes centros urbanos para terem direito a uma casa cedida pela edilidade” (Fernandes, 1991:55). A interiorização da cultura da pobreza pode ser uma resposta para compreender o processo de “imobilização social”. Este domínio pode ser entendido como uma componente muito forte para caracterizar o processo de estagnação face à inserção social e profissional e, por conseqüência, a ineficácia de programas como o RSI. Existem alguns grupos sociais que parecem não ter a necessária capacidade de mobilização social, não conseguindo expressar as suas necessidades e reivindicar os seus direitos sociais. Assim, “os direitos do homem são, na verdade, uma função da natureza humana e das condições históricas da sociedade, na perspectiva de uma luta da humanidade pela sua própria emancipação” (Fernandes, cit., Rodrigues 2010:193).

Por outro lado, os insucessos das políticas sociais podem dever-se mais à organização dessas próprias políticas e à sua génese institucional. Assim sendo, “quando os excluídos mergulham num universo de fragilidades, as políticas sociais têm de possuir a

capacidade de abrir horizontes de futuro, conferindo graus suficientes de confiança à vida das pessoas. Neste caso, as representações sociais tendencialmente voltadas para a reprodução social necessitam de ser alteradas de modo a favorecer a produção social” (Fernandes, cit., Rodrigues 2010:197).

A análise da cultura da pobreza deve ser por estas razões, contida nos seus limites teóricos. É verdade que as dinâmicas culturais e os modos de vida são fatores reprodutores da condição do pobre. Mas é também verdade que a abordagem “ideológica” da cultura da pobreza pode servir à “dessocialização” da pobreza, atribuindo os insucessos das políticas sociais aos próprios pobres, mais do que à organização dessas políticas e à sua gênese institucional. Assim, “quando os excluídos mergulham num universo de fragilidades, as políticas sociais têm de possuir a capacidade de abrir horizontes de futuro, conferindo graus suficientes de confiança à vida das pessoas. Neste caso, as representações sociais tendencialmente voltadas para a reprodução social necessitam de ser alteradas de modo a favorecer a produção social” (Fernandes, 2000:212). A “pobreza envergonhada” também se manifesta nos indivíduos que vivem na dependência de subsídios, sem deixarem, contudo, de manter práticas anteriores, numa tentativa de conservar a anterior imagem de pertença a uma classe mais abastada.

Atualmente, este conceito tem estado em evidência, uma vez que a pobreza já não atinge exclusivamente os grupos sociais tradicionais, pelo que é cada vez mais complicado assumir essa condição para quem nela cai inesperadamente.

Capítulo 2 – Metodologias de investigação aplicadas

2.1. Público-alvo

O público-alvo do presente estudo é composto por uma amostra de 13 beneficiários de RSI e respetivo agregado familiar, caso o requerente o tenha. Inicialmente estavam planeadas 20 entrevistas, no entanto, houve alguma dificuldade em conseguir confirmação por parte dos beneficiários, pois nem sempre estavam disponíveis ou não compareciam à marcação das mesmas. Portanto, esta foi a única dificuldade sentida na recolha e tratamento de dados. Realizaram-se entrevistas a 5 homens e 8 mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 62 anos. Para uma maior familiarização com os casos analisados atribuíram-se nomes fictícios.

2.2. Métodos e Técnicas de Investigação

Salienta-se que, em qualquer contexto de intervenção, qualquer ação que se prenda de base científica inclui necessariamente uma investigação – ação. As metodologias de investigação – ação permitem a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação, a produção de mudanças sociais e a formação de competências dos intervenientes. Neste contexto de intervenção, foram aplicadas algumas estratégias e metodologias para a concretização do estudo, que se adequam à concretização dos objetivos propostos.

Neste sentido, a investigação – ação reflete:

Um processo no qual os investigadores e os atores conjuntamente investigam um dado e põem questões com vista a solucionar um problema imediato vivido pelos atores e a enriquecer o saber cognitivo, o saber -fazer e o saber – ser, num quadro ético mutuamente aceite. (Guerra, 2000:53).

Os intervenientes do estudo visam produzir o conhecimento esperado de modo a encontrar soluções para os problemas que foram identificados.

Na investigação – ação, o investigador já não realiza a rutura (epistemológica) através da sua não – implicação no terreno, através do seu distanciamento das produções ideológicas dos grupos implicados e dos seus interesses. Ao contrário, o investigador provoca a rutura através da sua intervenção ativa desde o primeiro momento da constituição do grupo. Para o investigador, como para os outros intervenientes na investigação – ação, o conhecimento e portanto a rutura necessária à sua produção, elabora-se no confronto entre as diferentes lógicas de ação presentes. (Guerra, 2000:53).

É esse distanciamento que permite, analisar e compreender questões que não podem ser de todo vistas numa perspectiva mais ativa. É de referenciar igualmente que, os **domínios** da educação social passam por diversos **territórios**.

Promoção de um trabalho de investigação para entender as motivações dos seus atores e da sua ação; aplicar, para melhorar a eficácia da sua ação com recurso aos elementos obtidos pela própria investigação; implicar, utilizando a investigação como instrumento de mobilização social. (Carvalho e Batista, 2004:37).

Deste modo, a realização desta presente dissertação pretendeu desde o início, através da investigação compreender, a realidade social dos beneficiários de RSI perante a fragilidade económica e social da sociedade portuguesa.

Para recolha de dados, aplicou-se a entrevista semi-diretiva. Pressupõe-se que a entrevista é uma conversa entre dois intervenientes, em que o entrevistador pretende obter informações sobre o entrevistado. Segundo Demazière e Dubar 1993, cit. Guerra (2006:39), as entrevistas eram tradicionalmente concebidas como estudos exploratórios e estruturadas em função do questionário, sendo essencialmente utilizadas em três situações: como estudos prévios para “fechar” perguntas no questionário, como aprofundamento exploratório perante problemáticas ainda desconhecidas, levando novas interrogações para pesquisas futuras ou como exemplificação mais colorida de determinados nós problemáticos. Hoje é considerada uma técnica com um valor intrínseco na recolha de dados. Os temas explorados na entrevista são de carácter intencional e seguem diretrizes de análise correspondendo a objetivos específicos da investigação, pois só assim poderão ser consideradas um bom instrumento de recolha de informação.

2.2.1. A Entrevista Semi-diretiva: análise das trajetórias e percursos de vida dos beneficiários de RSI

O desenho de pesquisa deste estudo segue uma abordagem qualitativa, porque em primeiro lugar não estuda muitos casos e explora o princípio da diversificação, pois está inteiramente comprometida com a heterogeneidade dos indivíduos estudados.

Como técnica de inquirição foi selecionada a entrevista semi-diretiva, (Anexo I – Guião da Entrevista) porque permite obter dados descritivos da linguagem do inquirido, possibilitando ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a forma como os participantes interpretam os factos do tema explorado (Bogdan & Biklen,

1994, cit. Horta, 2010). A entrevista semi-diretiva é, nesta perspetiva, o melhor instrumento para analisar as dinâmicas pessoais, sociais e económicas dos beneficiários de RSI entrevistados, pois permite compreender as relações existentes entre as mensagens produzidas e os contextos em que se desenvolvem.

Na entrevista semi-diretiva, o investigador tem uma lista de questões/tópicos ou temas principais a serem explorados e que permite maior flexibilidade nas respostas, facilitando a comunicação do entrevistado. Para adquirir o máximo conhecimento sobre o objeto em estudo, uma entrevista bem-sucedida facilita a liberdade de resposta e a exposição dos pontos de vista. Assim, a análise dos dados recolhidos permite conhecer a realidade ao máximo e levantar outras questões, o que se questionado de forma muito diretiva poderia não resultar. Para facilitar a construção do guião de entrevista utilizou-se uma grelha de análise com os temas e tópicos abordados. (Anexo II – Grelha de Análise).

Tendo em conta que o objeto de estudo são beneficiários de RSI residentes em Santarém e a problemática em estudo são os seus percursos e trajetórias associadas à pobreza e exclusão social, definiram-se três perfis para entrevistar para um conhecimento mais abrangente dos diferentes contextos: perfil 1 – famílias monoparentais; perfil 2 - famílias nucleares e perfil 3 – indivíduos sem filhos que vivam sozinhos. Elaborou-se ainda uma tabela (Anexo III) que mostra uma caracterização geral dos beneficiários. A análise de conteúdo por seu turno permite uma maior estruturação e relacionamento das respostas dadas para melhor compreender a realidade em estudo e facilitar no processo das conclusões obtidas. O guião de entrevista compreende o tema fulcral da investigação, os objetivos gerais e específicos que se pretende alcançar bem como estratégias e metodologias a utilizar para obter a informação necessária.

Segundo Guerra (2006:51) quanto menor for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido, dado que a lógica e a racionalidade do entrevistado emergirá mais intacta e menos influenciada pelas perguntas. Ainda na elaboração dos guiões de entrevistas utilizados neste estudo colocou-se uma parte final com perguntas fechadas e objetivas com vista à caracterização socio-demográfica do entrevistado.

Capítulo 3 – Apresentação e análise dos resultados

3.1. Análise das entrevistas

Após a transcrição das entrevistas, procedeu-se à análise das mesmas para conhecer os percursos e trajetórias dos beneficiários, perceber o impacto que a medida tem nas suas vidas e identificar casos em que houve cortes no rendimento e respetivas consequências. Assim sendo, a entrevista foi dividida em três grandes eixos temáticos:

- O primeiro eixo refere-se à trajetória e percurso de vida antes do RSI que inclui questões sobre a família de origem, representações sobre o passado - percurso escolar, profissional e familiar, em que o objetivo é tentar relacionar o percurso de vida com os motivos do requerimento da prestação de RSI e dar abertura para que o entrevistado se sentisse à vontade para descrever a sua história de vida, nomeadamente quando solicitado a falar das representações associadas à infância e à adolescência;
- O segundo eixo menciona a trajetória e percurso de vida enquanto beneficiário de RSI – requerimento, relação com o programa de inserção, representações sobre o rendimento (impactos e efeitos), percurso social e expectativas futuras; desta forma, pretende-se conseguir recolher toda a informação necessária para analisar as representações associadas à prestação; trajetória e percurso de vida após cessação da prestação – cessação da prestação, contexto familiar, contexto escolar, contexto profissional, reingresso na medida social.
- O terceiro eixo temático corresponde à trajetória e percurso de vida após cessação da prestação/reingresso na medida, verificar as razões para deixar de receber a prestação social, o contexto familiar, escolar (no caso de haver filhos) e profissional e as razões para reingressar na medida de RSI.

O objetivo destes eixos era identificar casos cujo percurso de vida que testemunham simultaneamente exemplos de avanço e retrocesso no seu contexto de reinserção.

A análise das entrevistas foi feita numa primeira fase de forma vertical e livre (categorização aberta). Posteriormente relacionou-se as mesmas de acordo com os três grandes eixos temáticos. É de salientar que as entrevistas foram adaptadas ao percurso individual de cada um, ou seja, o guião incluiu questões que foram ajustadas à realidade

do entrevistado. Por exemplo, casos em que os indivíduos nunca deixaram de receber a prestação ou indivíduos cujo agregado familiar era composta por uma única pessoa.

Como se referiu, procedeu-se primeiramente à análise individual de cada entrevistado, visto que as entrevistas foram realizadas com um grupo heterogéneo, com idades e realidades distintas.

Apresenta-se de seguida, uma breve abordagem dos percursos e trajetórias de vida dos entrevistados.

Filipe, 36 anos, revela uma infância e adolescência pautada pela ausência/desconhecimento do pai, a relação pouco emotiva com a mãe, o abandono escolar para começar a trabalhar muito novo. Mostra-nos que o seu percurso de vida foi complicado e que isso dificultou a sua inserção na atualidade. Recorreu ao RSI por estar desempregado e não ter ajudas familiares ou de amigos. O RSI permite-lhe assegurar as condições mínimas e conseguiu posteriormente voltar a estudar através do RVVC para concluir o 9º ano. Aparenta ser um indivíduo dinâmico e motivado que tem vontade de mudar o rumo da sua vida, contudo, deverá encontrar uma forma de criar oportunidades que facilitem a sua integração no mercado de trabalho. O RSI apresenta-se como um recurso transitório.

Ângela, 44 anos, mostra-nos um percurso de vida atribulado, porque ainda na infância assumiu muitas responsabilidades, como por exemplo, deixar de estudar para começar a trabalhar para ajudar a família, pois os seus pais passavam algumas dificuldades económicas. Ângela tem dois filhos a cargo, passou também algumas dificuldades com o seu ex-companheiro e ficou desempregada porque o contrato com a empresa para a qual trabalhava terminou e foi esse motivo que a levou a recorrer ao RSI. A prestação também lhe permitiu acabar os estudos. No entanto, já não o recebe porque terminou o contrato de inserção e com os cortes nos valores das prestações sociais já não tem direito a receber o RSI. Recorreu novamente e, atualmente está à espera de uma resposta. No momento da entrevista vive apenas com um dos filhos, uma vez que o outro já é independente, no entanto, revela preocupação em manter boas condições de vida para os seus filhos e vontade de mudar a sua atual condição de vida, sendo que considera a formação profissional uma mais-valia para encontrar o trabalho que tanto almeja.

Conceição, 62 anos, começou por falar-nos da sua infância e adolescência. Viveu em casa do irmão após a morte do pai, aos 19 anos. Começou também a trabalhar muito

cedo porque deixou de estudar, tinha algumas dificuldades de aprendizagem o que dificultou a sua continuidade. Posteriormente casou com 22 anos e teve filhos, sendo que um encontra-se a estudar no ensino superior. **Revela também alguns problemas de saúde assim como o seu marido**, razão que motivou a procura de ajuda através do rendimento. Com efeito relata que o seu marido teve de deixar de trabalhar pelo agravamento do seu problema de saúde. Ainda se encontra a receber o RSI, sendo que já houve várias renovações, logo não houve saída e reingresso na medida de RSI. Ainda assim, naquele momento já tinha sofrido este ano um corte na prestação. Devido aos problemas económicos e de saúde, existem constrangimentos objetivos à vontade de mudar a sua vida de uma forma positiva. Por isso revela um pouco desânimo e desmotivação face à sua realidade e às suas perspetivas de futuro. Aqui o RSI surge, enquanto meio de vida, revelando uma significativa resignação face ao futuro).

Miguel, 39 anos, mostra um percurso de vida estável na sua infância e adolescência, ligações familiares conturbadas tendo passado por algumas dificuldades, embora as desvalorize atualmente. Abandonou a escola no ensino básico e começou a trabalhar na empresa do pai, no entanto, fez ainda outros trabalhos. Aquando a morte da sua mãe, as relações familiares complicaram-se, a mãe faleceu há 15 anos e, consecutivamente, levou a que perdesse o emprego. Informou-se sobre o RSI e recorreu a esta prestação. Sente que a prestação social ajuda-o muito pouco e faz duras críticas à forma como o rendimento é distribuído. Terminou também os estudos através do RVCC concluindo o 9º ano. Ao longo de toda a entrevista revela uma relação conflituosa com o pai e uma revolta enorme por toda esta situação. Não constituiu família, vive mais isolado, não tem contato com outros familiares. Considera que esta fase é temporária e pretende mudar a sua vida, o seu objetivo é conseguir um trabalho para deixar de depender do RSI.

Maria, 50 anos, relata um percurso de vida desde a sua infância à adolescência constante e feliz, sem qualquer tipo de problemas. Conclui o 12º ano e ainda fez um curso profissional, que lhe permitiu montar o seu próprio negócio, que durou alguns anos. Casou muito nova, com 19 anos, mas entretanto separou-se e teve outra relação, mas que não resultou, tem 4 filhos e casou outra vez recentemente. Embora revele um percurso de vida sem grandes sobressaltos, a partir dos 35 anos devido a um grave problema de saúde, a sua vida mudou radicalmente. A sua doença na coluna complicou-se o que fez com que tivesse que deixar de trabalhar. Este motivo e o facto de se ter

separado na altura, fez com que procurasse apoio social. Como se casou recentemente e, o seu atual marido tem rendimentos, deixou de ter direito ao RSI. Essencialmente é uma pessoa dinâmica e que se não fosse o seu problema de saúde possivelmente nunca teria solicitado o RSI, uma vez que tinha continuado a trabalhar.

Susana, 36 anos, mostrou-se pouco à vontade na entrevista, pelo que solicitou que não fosse feita qualquer gravação. Considerou-se todavia o seu testemunho, porque mesmo assim, revelou algumas informações precisas sobre a sua trajetória de vida. Concluiu o ensino secundário e ainda frequentou um ano o ensino superior. Tem dois filhos, no entanto, está separada neste momento. Como também ficou sem trabalho, estes foram os motivos para ter recorrido ao apoio social. Um dos seus filhos necessita de um maior acompanhamento, pois tem autismo e epilepsia. Este acompanhamento é praticamente inexistente e a entrevistada não tem recursos económicos que lhe permitam dar as condições que os seus filhos necessitam. Assim sendo, revela falta de apoio nas necessidades educativas do filho, pouca ligação com os pais devido à distância e dificuldade em se deslocar, revela também que o contato com os pais dos seus filhos é inexistente. Nunca reingressou na medida, tem sido contínuo, houve apenas um corte na prestação, quando esteve a trabalhar, no entanto esse trabalho era a termo certo.

Luísa, 50 anos, é um caso um pouco diferente, isto porque remete-nos para uma pobreza que surgiu “de repente”, ou seja, uma pessoa com uma vida muito regular, sem qualquer tipo de problema económico, familiar ou profissional e, que de um momento para o outro a sua vida muda drasticamente. Não revela problemas na infância e adolescência, concluiu os estudos e fez uma formação profissional posteriormente. Tem apoio familiar constante e considera-se uma pessoa que tinha algumas posses financeiras, no entanto, com o divórcio recente, o desemprego, o fim do subsídio de desemprego e a falta de trabalho fez com que procurasse ajuda e que lhe foi concedida há relativamente pouco tempo. Tem um filho a estudar no ensino superior, outro a tirar um curso profissional e um no ensino básico. Sente-se um pouco revoltada com a atualidade e desesperada por não conseguir encontrar trabalho.

Carlos, 54 anos, vem da Venezuela, tem dupla nacionalidade, pois os seus pais emigraram muito novos para lá e está recentemente em Portugal. Veio com a mulher e os dois filhos para Portugal, por causa das dificuldades económicas que estavam a atravessar no seu país, no entanto, a realidade cá revelou-se idêntica. Não tinha qualquer ajuda, apoio financeiro nem habitação. Teve de pedir ajuda social para garantir as

necessidades básicas para a sua família. Revela uma infância e adolescência positiva, tem uma licenciatura e ao longo da sua vida sempre teve trabalho e projetos profissionais. Está neste momento a receber o RSI, no entanto, tem um projeto pessoal que gostava de implementar caso consiga reunir os recursos necessários. Considera que há pouca abertura para apoiar ideias próprias de quem quer mudar a sua condição enquanto beneficiário. Imagina-se o mais rápido possível a trabalhar e o seu objetivo é criar o próprio emprego.

Sara, 32 anos, sentiu-se desde o início um pouco intimidada, pelo que não permitiu a gravação da entrevista, e concordou em responder apenas a algumas questões. No entanto, considerou-se o seu testemunho como válido, pois respondeu às questões essenciais da entrevista. Mostra desmotivação e desânimo perante a sua condição atual, isto porque está um pouco limitada para conseguir trabalho, devido à zona onde habita que lhe dificulta as deslocações e, também não tem meios próprios para o fazer. Vive num anexo dos pais com a sua filha. Nota-se que vive numa situação extrema, abandonou a escola muito cedo e fez apenas alguns trabalhos pontuais e ajudava os pais no campo. Não falou do pai da sua filha, o que pode indicar um contato inexistente. Recorreu ao RSI, sendo que o mesmo já sofreu um corte este ano. Começou a receber quando o subsídio de desemprego terminou e até à data não conseguiu arranjar trabalho, no entanto, conseguiu acabar os estudos através do RVCC e EFA.

António, 36 anos, mostra-nos uma infância e adolescência positiva, sem problemas económicos e/ou familiares. Concluiu os estudos até ao 12º ano e sempre trabalhou, tem experiência em várias áreas, no entanto, ficou sem trabalhar e como não tinha direito ao subsídio de desemprego recorreu à prestação social. Nesta condição, conseguiu tirar umas formações e está a tirar a carta de condução para lhe abrir mais portas no mercado de trabalho. Revela uma atitude positiva face à situação em que se encontra e vontade de mudá-la.

Lúcia, 44 anos, revela boas memórias da sua infância, conta que não terminou os estudos, porque o seu objetivo naquela altura era trabalhar, no entanto, passado algum tempo ficou sem trabalho, o que a levou a tirar uma formação em Hotelaria, área que trabalhou durante uns anos e, mais tarde tirou um curso de auxiliar de educação, trabalhando durante algum tempo num Infantário. Mostra que, após ter-se juntado ao seu ex-companheiro, a sua vida entrou numa fase bastante complicada, pois a mesma era vítima de violência doméstica. Entretanto conseguiu ultrapassar esse problema e

ficou com as suas filhas, uma terminou recentemente um curso superior, outra ainda está na universidade e tem uma mais pequena no infantário. Revela que com as filhas a estudar tem muitas dificuldades, porque não tem apoio nenhum. O fato de ter ficado sem trabalho e ter-se separado fez com que recorresse à Segurança Social e posteriormente foi-lhe concedido o RSI, embora este ano já receba menos. Atualmente, a sua vida mudou significativamente, tirou algumas formações para facilitar a sua inserção profissional e está bastante motivada para conseguir trabalho.

Filomena, 38 anos, começa por falar um pouco sobre a sua história de vida; a separação dos pais para ficar num colégio de freiras; o divórcio dos pais e mais tarde, o abandono escolar para começar a trabalhar. Tem uma paixão pela Hotelaria e gostava de ter um negócio próprio, revela muito entusiasmo relativamente a este assunto. Teve duas relações que terminaram e têm três filhos a seu cargo. Recorreu ao RSI há 5 anos quando se separou e estava sem trabalho. Este ano foi-lhe cortado grande parte do valor que recebia. Considera que os abonos e a pensão de alimentos é uma mais-valia, caso contrário não tinha como sobreviver. Revela contacto com alguns familiares e com os pais dos seus filhos. Mostra-se uma pessoa motivada para encontrar trabalho e bastante preocupada relativamente ao bem-estar dos seus filhos.

Francisco, 35 anos, começa por explicar a sua situação atual, as razões por estar a receber o RSI, afirmando que um dos motivos foi o facto de ter ficado sem trabalho porque tinha muitos ordenados em atraso, e nunca conseguiu reaver esses vencimentos. Neste momento, está a receber o RSI, mas já esteve sem receber porque trabalhou durante 1 ano. A sua inserção profissional revelou-se temporária e não lhe abriu portas. Abandonou a escola muito cedo e realça a separação dos pais como tendo sido um momento marcante na sua vida. Separou-se há poucos anos, mas mantém contacto com a ex-mulher. Revela preocupação com os filhos e por isso mesmo considera que o melhor para eles é estarem com ele, daí ter ficado com os filhos a cargo. Falou da gravidez da ex-mulher, e da sua vida conturbada. Mostra-se uma pessoa dinâmica e com vontade de trabalhar, mas sente que está limitado em termos de saúde e, segundo ele, é isso que tem dificultado algumas mudanças na sua vida.

De seguida, procurou-se relacionar as várias histórias de vida entre si, tendo em conta os três grandes eixos de análise na entrevista. Procedeu-se à caracterização dos entrevistados, sendo que o grupo é heterogéneo, com idades dispersas.

Na primeira secção – **Trajectoria e Percorso de Vida antes do RSI** – o objetivo é tentar relacionar o percurso de vida com os motivos do requerimento da prestação de RSI; dar abertura para que o entrevistado se sinta à vontade para descrever a sua vida; Podemos verificar que a maioria dos entrevistados, relativamente à família de origem, tem uma origem social caracterizada pela baixa escolaridade dos seus pais, (na sua maioria o 4º ano), sendo que um número pouco significativo mencionou o 6º, 9º ou 12º ano.

“Do meu pai não sei, a minha mãe tem a 4ª classe.” (Filipe)

“Têm o 4º ano.” (Conceição)

“O meu pai tem o 6º ano e a minha tem a 4ª classe.” (Maria)

“O meu pai tem o 12º ano e a mãe tem o 9º ano.” (Susana)

Adicionalmente referem que os pais desempenhavam profissões essencialmente no setor primário e terciário.

“A minha mãe fazia serviços de higiene e limpeza e o meu pai era auxiliar de armazém.” (Ângela)

“O meu pai era comerciante e a minha costureira.” (Francisco)

“A minha mãe era doméstica, não trabalhava e o meu pai era empregado comercial, tinha uma loja.” (Maria)

“Os meus pais estão reformados, trabalharam mais no campo.” (Sara)

Os meus pais agora estão reformados, o meu pai sempre trabalhou aqui numa fábrica perto era chefe e a minha sempre trabalhou em casas de senhoras como doméstica.” (Filomena)

“A minha mãe trabalhava numa empresa que é a Rical e o meu pai numa companhia de seguros.” (Francisco)

Relativamente à habitação e condições de vida verifica-se que na maioria não mudaram de residência, e se o fizeram foi em situações de separação ou casamento.

“Vivi em várias casas, mas vivi sempre aqui.” (Miguel)

“Vivemos sempre cá na mesma casa.” (Sara)

“Sim, só depois da separação dos meus pais é que mudei.” (José)

Da mesma forma que a sua maioria também refere que tinham boas condições de vida, ou seja, ausência de dificuldades económicas.

“Sim, então não tinha, sempre fui muito bem tratada, eu era filha única, quer dizer sou filha única, e sempre muito mimada, tinha tudo.” (Maria)

“Sim, posso dizer que sim, não tínhamos problemas económicos.” (Luísa)

“Sim muitas boas condições de vida. Só que houve uma derrocada e perdemos tudo.” (Carlos)

Ainda relativamente ao passado, embora haja um ou outro caso que não mantém contato com outros familiares, a grande maioria mantém e sempre manteve boas relações familiares.

“Sim davam-se e ainda hoje mantenho contato com outros familiares.” (Ângela)

“Sim dávamo-nos todos muito bem.” (Maria)

“Sim e ainda somos muito unidos.” (Luísa)

“Sim, somos unidos e os meus pais ajudam-me naquilo que podem.” (António)

Seja como for, quando se questiona se houve algum acontecimento marcante na infância e adolescência, também na sua maioria respondem que não, ainda que existam casos em que a separação dos pais e/ou o facto de se ter abandonado a escola para começar a trabalhar muito cedo sejam situações vivenciadas que, objetivamente, deixaram repercussões nas suas vidas ao condicionar os recursos que mais tarde não terão disponíveis para enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho.

“Não houve assim nada que marcasse.” (Miguel)

“Não, não sempre foi tudo muito normal.” (Maria)

“Posso dizer que não houve assim nada, pelo menos de grave que tenha passado.” (Francisco)

“Não houve nenhum momento negativo.” (Carlos)

“O que me marcou mais foi ter vivido aqueles anos todos no colégio, ia só ao fim de semana para casa.” (Filomena)

“Talvez a separação dos meus pais quando eu tinha cinco anos.” (Francisco)

Já no que se refere à questão das dificuldades económicas, se existiam e como as ultrapassavam, as respostas dos entrevistados distinguem-se: encontrámos indivíduos que afirmam que viveram até ao momento contextos familiares e económicos razoáveis.

“Sim muitas dificuldades, porque morávamos fora da cidade, tínhamos que pagar transporte e não era só isso, o meu pai também não ganhava muito, recebia naquela altura 10 contos, mas eu trabalhava e a minha mãe é que recebia o dinheiro, era para a casa, mas depois aos 14 anos comecei a trabalhar nas limpezas por minha conta e comecei então a receber ordenado para mim.” (Ângela)

“Não, sempre vivemos bem, eu vim de uma família com muitos valores e sempre fomos muito unidos, tenho dois irmãos que posso dizer que vivem bem.” (Luísa)

“Eu passei dificuldades e estou a passar desde que vim para Portugal.” (Carlos)

Por sua vez, temos outro grupo de indivíduos que não passaram por problemas económicos.

“Algumas. Poupávamos, não gastávamos muito dinheiro.” (Sara)

“Não, nada. Eu só passei dificuldades depois de me juntar.” (Lúcia)

“Não, por acaso não.” (Francisco)

Quando questionados se mudavam alguma coisa, grande parte mostra-se mais descontente com a realidade atual do que propriamente com o seu passado, mesmo que tenham vivido situações complicadas. O descontentamento advém de atualmente não conseguirem alterar o seu modo de vida, a perceção de estagnação e bloqueio, nomeadamente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, terem uma vida condigna e principalmente darem boas condições de vida aos seus filhos.

“Não mudava, até porque quando era mais nova, o meu pai tinha uma fazenda e semeava e nós passávamos lá muito tempo, eu gosto muito da natureza.” (Francisco)

“É assim, mudar o meu passado não, mas também vou-lhe dizer que nunca podia imaginar que podia estar numa situação destas. Nós nunca devemos dizer desta água não beberei.” (Luísa)

“Não mudava muita coisa, mas sim no presente, quando uma pessoa está limitada e não se consegue valer a ela própria.” (Carlos)

No que diz respeito ao percurso escolar, também a tónica é a da diversidade. Encontrámos pessoas com o 4º ano, 6º ou 7º ano, mas que continuaram posteriormente os estudos, justamente por causa do RSI. Com o programa de inserção, indivíduos com baixas qualificações acabaram integrados em processos RVCC ou nos cursos EFA ou participam em formações promovidas pelo Centro de Emprego. Por outro lado, encontrámos também casos em que não deixaram de estudar precocemente, mesmo antes de estarem a receber a prestação social. Alguns já tinham concluído o 12º ano e um caso tinha concluído e num outro frequentado o ensino superior, não o tendo terminado. Os que não concluíram os estudos, apresentam razões como algumas dificuldades económicas, desejo de começar a trabalhar mais cedo para assim ganhar independência, o facto de não gostarem da escola e não terem motivação para continuar. Segundo os entrevistados os seus pais tiveram um papel determinante, alguns aceitaram bem a decisão, até porque precisavam deles para trabalharem, no entanto, a grande maioria tem consciência que podia ter continuado e que hoje podia ter tido mais oportunidades a nível profissional.

Relativamente ao percurso profissional, podemos verificar que desenvolveram atividades profissionais incluídas em todos os setores, na maioria áreas relativamente desqualificadas e mal remuneradas, desde limpezas domésticas, construção civil, produção fabril, hotelaria e restauração, estética, administrativa, vendas e comércio de produtos. Num só caso encontrámos atividades na área da engenharia. Grande parte desenvolveu diversos trabalhos ao longo dos anos, mesmo tendo ficado períodos sem

emprego, ou seja, apresentam percursos marcados pela instabilidade e intermitência laboral. Todos são unânimes quando referem que atualmente sentem mais dificuldades em conseguir trabalho do que há uns anos atrás. Alguns consideram que é a idade o fator principal (entrevistados mais velhos), mas também referem a baixa escolaridade. Outros referem a crise económica que o país atravessa. Acerca dos motivos que justificam a saída (mais ou menos temporária) do mercado de trabalho, há que referir o fato de algumas mulheres terem deixado de trabalhar quando engravidaram e, após as separações, mais velhas e com filhos, referem que sentiram muitas dificuldades em reintegrarem-se no mercado de trabalho, reforçando a discriminação de género que afeta todos os setores da sociedade.

Alguns apontam ainda como causa das suas dificuldades no presente, a existência de problemas de saúde que não permitem qualquer tipo de trabalho que requeira esforços físicos (justamente aqueles em que desenvolveram o seu percurso).

No que concerne ao percurso familiar dos entrevistados, a análise revela que apenas dois entrevistados vivem sozinhos e um outro vive com os pais. Três vivem com o cônjuge e filhos, no entanto, a maioria é considerada família monoparental. Todos os filhos dos entrevistados encontram-se a estudar e inclusive alguns frequentam ou já concluíram o ensino superior. Verifica-se na sua maioria uma enorme preocupação em que os filhos terminem a escolaridade.

Em relação à situação na conjugalidade, há mais pessoas que são solteiras ou estão separadas e referem que os problemas que mais os afetam são a nível económico, pois não dispõem de recursos financeiros para, por exemplo, para manter os filhos a estudar, ou então referem os problemas de saúde como uma dificuldade para conseguirem mudar o rumo da sua vida, revelando alguma desmotivação face a estas condições. A grande maioria só mudou de casa após a separação e nunca partilharam casa com outros familiares. Algumas justificaram a sua situação atual da seguinte forma:

“O problema é mais financeiro sim, porque o dinheiro não chega, depois os meus filhos também têm filhos.” (Conceição)

“Eu tenho alguns problemas de saúde, tenho um problema na coluna e não posso fazer esforços.” (Maria)

“Sim alguns. O pai dos meus filhos também não assume as suas responsabilidades.” (Susana)

“Não, mas o facto de não ter dinheiro é difícil, a minha filha quando estava a estudar também tinha muitas dificuldades, nem sei como conseguir que a minha filha estudasse, ela acabou agora a licenciatura e não arranja trabalho.” (Lúcia)

“O problema da minha filha, felizmente já superou, mas a minha filha teve um tumor com 8 anos mas felizmente já está tudo bem.” (Filomena)

Na segunda parte da entrevista – **Trajectoria e Percorso de Vida enquanto beneficiário de RSI** – o principal objetivo foi recolher toda a informação necessária para analisar as representações associadas ao Rendimento Social de Inserção, bem como perceber que transformações positivas e negativas decorreram do acesso a esta prestação.

Interessou-nos, por exemplo, perceber de que modo os entrevistados “chegaram” ao RSI. De fato, as informações relativas, ao processo de requerimento do RSI mostra-nos que vários meios de conato com o RSI. Os entrevistados souberam deste rendimento através de alguém conhecido ou de familiar ou através da Segurança Social ou por iniciativa própria.

“Foi através de uns amigos.” (Filipe)

“Na altura o meu pai falou-me nisso.” (Susana)

“Eu soube por minha iniciativa, porque como lhe disse sou uma pessoa que procura, que pesquisa, tenho os meios de comunicação social e quando realmente vi que podia pelo menos, garantir algo aos meus filhos, visto que nem a ajuda do meu ex-marido tenho.” (Luísa)

“Eu fui à Segurança Social para saber se havia algum tipo de proteção para quem não tinha direito a nada e estivesse sem trabalho.” (Filomena)

Para receberem esta prestação dirigiram-se à Segurança Social e o motivo principal para recorrerem ao RSI foi, na maioria dos casos, o desemprego prolongado e a falta de perspectivas de reinserção rápida ou, em alguns casos, limitações graves de saúde, como já se referiu. Não raras vezes recorrem ao RSI por terem esgotado outros apoios ou elegibilidade para o subsídio de desemprego. Praticamente todos os processos relatados demoraram entre 2 a 4 meses a serem aprovados, excetuando alguns casos que demoraram um pouco mais (entre 5 a 6 meses). Referem ainda que o dinheiro é o principal motivo de requererem prestação social novamente (não agravando a situação económica).

Para além disso, conhecem bem tanto as condições para receber a prestação como para deixar de receber. A principal razão enunciada para deixar de receber é estar a trabalhar sem avisar a Segurança Social.

“Sei, por exemplo se trabalhar e não disser nada eu deixo de receber o rendimento.” (Filipe)

“Sim estar a trabalhar.” (Ângela)

“Sim conheço uma razão para deixar de receber, estar a trabalhar, mas é o que quero fazer, mas está difícil de arranjar.” (Miguel)

“Sim, o facto de trabalhar, por acaso houve uma altura que arranjei trabalho na Santa Casa como ajudante de lar e estive a receber apenas uma parte do rendimento.” (Susana)

“Sim, sei que se arranjar um trabalho, posso perder esse direito, mas preferia consegui-lo claro.” (Luísa)

“Sim, por exemplo estar a ganhar dinheiro por fora.” (Carlos)

Quando questionados sobre como foi feito o programa de inserção, que ações estão a ser cumpridas e no que é que realmente o contrato de inserção ajuda, verifica-se que a formação profissional foi o efeito positivo (não financeiro) mais saliente porque é visto como uma forma de atenuar as dificuldades que ultrapassam. Referem que têm apoio por parte das técnicas e que o dinheiro que recebem é a maior ajuda, ainda que insuficiente, ou seja, alguns reconhecem o benefício da medida de RSI como um todo, embora a maioria apenas dê importância ao elemento financeiro.

Alguns exemplos em baixo mostram a importância que dão à prestação social.

“Dá-me estabilidade para pensar no meu futuro, sem estar preocupado no que vou comer amanhã.” (Filipe)

“Não ajuda em grande coisa. Dá-me para pagar a renda. Eu tento equilibrar-me mas eu também tenho muitos problemas tive uma depressão. Estou a dever medicação. Uns dias tomamos outros dias não tomamos.” (Conceição)

“Não me ajuda muito. Eu apenas fiz o RVCC, 9º ano e agora vou terminar o 12º ano também.” (Miguel)

“Pode ajudar em termos de formação e dar algumas indicações para procurar trabalho, não especificar bem no que pode ajudar mais.” (Luísa)

“A mim tem-me ajudado nas formações.” (Lúcia)

“Agora ajuda-me na formação e a nível de dinheiro.” (Francisco)

Foi solicitado da mesma forma que dissessem ideias que podiam ser introduzidas no programa ou o que é que alterariam se tivessem esse poder. A este propósito, realçam o facto de analisarem melhor caso a caso, isto porque conhecem casos onde existem uma enorme discrepância nos valores que são atribuídos ou ainda ajudarem mais na procura ativa de trabalho, até mesmo para pessoas que não têm meios para se deslocar ou com problemas de saúde que não lhes permite trabalhar em qualquer área.

“Eu acho que deviam ver melhor os casos, há grandes discrepâncias, há pessoas que se calhar deviam receber mais do que outras.” (Luísa)

“Fazer um acompanhamento diferente. Há que analisar se a pessoa tem capacidade própria de procurar trabalho.” (Carlos)

“Ajudarem mais na procura de trabalho, porque eu por exemplo, não tenho como me deslocar.” (Sara)

“Mudar na procura ativa de trabalho.” (António)

“Ajudarem mais na procura de trabalho.” (Lúcia)

“Eu acho que deviam ver melhor caso a caso, há famílias que recebem muito pouco ao pé de pessoas que não tem filhos.” (Francisco)

Quando questionados sobre o que acham sobre as novas medidas do Governo em relação ao RSI e se estas são importantes e melhoram a vida das pessoas as opiniões são na sua maioria, negativas face à implementação das novas medidas.

“Eu acho que os cortes vão fazer com que as pessoas ainda vivam mais pobres.” (Miguel)

“Eu por exemplo deixei de receber, e mais pessoas vão ficar nesta situação o que vai aumentar ainda mais a miséria e a pobreza neste país.” (Maria)

“Eu não concordo com os cortes, ou então devia de haver mais alternativas para as pessoas que querem muito um trabalho e não arranjam e depois deixam-se estar nesta situação.” (António)

Ainda assim houve indivíduos que consideram que pode ser bom para avaliar quem realmente precisa. Não deixa de ser interessante como algumas pessoas que recebem o RSI consideram os cortes na prestação, uma boa medida por analisar quem “tem de fato direito a receber”.

Esta questão vem no seguimento da anterior em que uma das medidas que apontam era, justamente analisar-se, os casos de uma forma mais específica, porque persiste a representação de uma enorme discrepância na distribuição do RSI.

“Eu acho que as medidas devem ser ajustadas à realidade de cada um.” (Susana)

“Sim são importantes, porque as pessoas podem até desenvolver mais competências.” (Luísa)

“Não concordo, deviam avaliar de outra forma, fazer outro tipo de acompanhamento.” (Carlos)

“Eu acho que vai agravar mais a situação das pessoas.” (Sara)

“Há muita gente que se acomodou e que não precisa. Há casos para rever mas não é só para cortar o que já se têm.” (Lúcia)

“É assim eu até acho bem, porque assim também vêm quem realmente precisa, mas acho que deviam ver melhor as pessoas que estão com filhos a cargo, porque as vezes o valor é tão baixo que nem para a renda dá.” (Filomena)

Concordam portanto que se deve rever os casos que recebem e que esta é uma forma de alterar o acesso à medida, mas relativamente aos cortes e às novas medidas acham que é altamente prejudicial e que irá agravar ainda a mais a situação económica das famílias. No entanto, quando perguntado se concordam que se faça trabalho voluntário/trabalho social, a maioria concorda e, curiosamente até referem que é uma forma de se manterem ocupados ou até mesmo de criar uma oportunidade de trabalho.

“Sim concordo claro, mas devia ser para todos.” (Ângela)

“Sim eu acho muito bem. Mas tem que ser ajustado a cada um, porque há muitas pessoas com problemas e saúde que não podem fazer tudo.” (Maria)

“Eu com concordo com estas medidas, também é bom estarmos ocupados e sempre vamos ajudando também, mas devia de haver alternativas de emprego.” (Luísa)

Esta é assim uma medida que de certa forma é positiva para quem se quer manter ocupado e adquirir novas competências e trocar experiências e ideias para o mercado de trabalho. Por outro lado, também contribui para que os beneficiários não se desmotivem face à sua condição.

“Se exigem acaba por não ser voluntário, mas eu concordo, porque é uma forma de ocupar as pessoas.” (Carlos)

“Sim concordo, é uma forma de manter as pessoas ocupadas.” (António)

“Eu concordo, porque as pessoas sempre vão fazendo alguma coisa para não estarem paradas.” (Lúcia)

“Para ajudar e para sermos úteis, eu não me importava.” (Filomena)

Sobre o impacto e efeitos do RSI no percurso de vida dos sujeitos perguntou-se se sentiam que as suas vidas tinham melhorado após receberem o RSI ao que, alguns responderam que praticamente pouca coisa mudou, ou seja, desvalorizam o impacto da medida em virtude do seu reduzido valor pecuniário.

“Não mudou quase nada.” (Conceição)

Assim, para além de lhes ser possível pagar a renda de casa para quem vive numa casa arrendada, representa uma pequena ajuda na alimentação e educação dos filhos ou para alguns, na formação profissional do próprio.

“Como disse, na alimentação e pouco mais, é muito complicado. Uma pessoa vai à Caritas para um mês dão uma lata de atum e um saco de arroz, era mais vezes, mas as pessoas eram abusivas. Iam lá todos os dias. Por exemplo, também no mês de Agosto vai tudo para férias, e a fome também vai para férias? É como pessoas não terem gás em casa e dão um saco de arroz, como é que a pessoa vai cozinhar? São coisas desproporcionais. Dão mais a uma pessoa e a famílias menos por exemplo. Eu andei já a comer arroz com água.” (Miguel)

“Não melhorou muito, apenas consigo dar um teto aos meus filhos.” (Luísa)

“Não posso dizer que melhorou em termos de trabalho, mas consegui terminar os estudos, o que foi muito bom.” (Sara)

“Mudou pelo facto de conseguir tirar formações.” (Lúcia)

“Não mudou grande coisa, só o facto de poder dar as condições básicas aos meus filhos.” (Francisco)

Quando perguntado se recebem mais algum subsídio ou prestação social disseram que não, exceto os abonos dos filhos ou pensões de alimentos.

Relativamente ao valor das prestações que recebem ninguém concordou com o valor atribuído. Os beneficiários entrevistados recebem na sua maioria há pelo menos um ano, alguns estão há mais tempo a receber com renovações sucessivas.

Os valores que recebem variam consoante o agregado familiar e os rendimentos, mas é de realçar as discrepâncias face às pessoas que vivem sozinhas e que têm filhos. Obviamente que não são apenas estes os critérios. É de salientar que praticamente todos sofreram um corte na prestação que recebem com as novas regras impostas. Em baixo, estão os valores monetários que cada entrevistado (com ou sem agregado familiar) recebe.

“Cerca de 160€.” (Filipe)

“Recebemos 300 e pouco euros, pago 150 euros de renda e fico com o resto.” (Conceição)

“Recebo 189 euros.” (Miguel)

“A minha prestação já levou um corte eu recebia 300€ e pouco e agora recebo 290€ da prestação e pago a renda da casa de 300€” (Susana)

“Eu recebo 430€ mais os abonos dos meus filhos que são 85€ e pago uma renda de 300€.” (Luísa)

“Nós tivemos um corte, nós estávamos a receber 509€ e agora recebemos 300€ e a minha renda da casa tive de fazer um pedido para baixar a renda, e a muito custo conseguimos.” (Carlos)

“Eu agora estou a receber 245€, mas sofri um corte em Junho.” (Sara)

“Recebo cerca de 270€.” (António)

“Eu levei um corte este ano, recebia 311€ e agora recebo 189€.” (Lúcia)

“Houve um corte há pouco tempo, atualmente são 34€, porque tenho também os abonos e a pensão de alimentos para cada filho.” (Filomena)

“Portanto eu dantes recebia 390 e qualquer coisa, agora com o corte que houve há dois meses estou a receber 303€.” (Francisco)

Quando perguntado se atualmente têm poder de compra responderam que não e, relativamente às despesas de saúde com os próprios ou com a família a grande maioria também não tem gastos mensais, exceto os casos muito específicos de doença.

“Não muitas, tenho só um problema na coluna, que por vezes não posso fazer esforços, mas nada de grave.” (Ângela)

“Sim com o meu filho que precisa de medicação de 12 em 12h.” (Susana)

“Sim tenho algumas despesas, porque eu tenho uma doença crónica, sou doente asmática.” (Luísa)

“Eu tenho alguns problemas de saúde. Sou asmática e uma bomba custa 30€. Por isso não tenho gasto muito dinheiro.” (Sara)

Relativamente à habitação praticamente todos disseram que têm as mesmas condições que tinham antes de começarem a receber o RSI. Por outro lado, a formação profissional alguns conseguiram concluir ou estão a concluir os estudos através do RVCC ou cursos EFA. Relativamente à opinião sobre a equipa técnica que os acompanham, referem que esta os ajudam, orientam para a inserção no mercado de trabalho ou para a formação profissional.

“A Técnica que me acompanha tem mantido contato comigo e conversa comigo.” (Luísa)

“Sim a técnica ajuda a minha família, dá-nos indicações, ela sabe da ideia que eu tenho para criar o meu próprio emprego.” (Carlos)

“Sim têm-me ajudado bastante, Agora deram-me uma folha para procurar trabalho e ir aos sítios para carimbar.” (Sara)

“Sim, tem-me acompanhado, vai-me informando de ações de formação.” (António)

“Sim a doutora fala muito comigo e está sempre disponível, é muito preocupada.” (Filomena)

“Estão sempre disponíveis é verdade e sempre atentos, mas de momento a única coisa boa é que sempre vou estudando.” (Francisco)

Perguntou-se também o tempo que pensam necessitar deste rendimento mas, não souberam especificar. Apenas referiram que não esperam ficar nesta condição durante muito tempo.

“Não sei, depende do futuro, mas também acho que não só eu a precisar, metade do país vai precisar.” (Filipe)

“Espero por pouco tempo se conseguir ter outra vez, porque quero arranjar trabalho.” (Ângela)

“Eu não sei, é complicado pensar nisso.” (Conceição)

“Eu espero não estar muito tempo.” (Miguel)

“Espero não muito tempo, porque também procuro ativamente emprego, mas está difícil mesmo de conseguir.” (Luísa)

Realçam também o facto de quererem um trabalho para conseguirem mudar a sua realidade atual, embora não digam como o vão conseguir, se já estão à procura nem vão entrevistas de trabalho.

“Espero que isto mude, porque a minha ideia é criar o meu próprio negócio e espero que o processo seja mais fácil do que tem sido até agora.” (Carlos)

“Espero que não seja muito tempo, só estou assim porque não arranjo trabalho.” (Sara)

“Espero que quando terminar a carta a minha situação mude e aí já posso arranjar trabalho e procurar noutros sítios mais longe.” (António)

“Não sei bem, pelo menos até arranjar trabalho.” (Filomena)

“Não faço ideia, até arranjar trabalho possivelmente.” (Francisco)

Sobre o percurso social perguntou-se se sentiam isolados ou se mantinham contatos com familiares e/ou amigos, ao que praticamente todos responderam que não se sentiam isolados, exceto duas pessoas que referiram que devido à falta de transporte. Em relação à questão se já tinham passado por algum momento mais constrangedor, se alguma vez se sentiram discriminados pela sua situação, só duas pessoas responderam afirmativamente, uma por causa de uma formação que frequentou e outra que falou do problema de saúde do filho (autismo e epilepsia).

Para finalizar este grupo de questões, perguntou-se quais seriam as expectativas relativamente ao futuro, como se imaginavam e que objetivos tinham, pelo que a grande maioria mencionou que ter um trabalho é o principal objetivo.

“Arranjar trabalho, neste momento é a minha prioridade.” (Ângela)

“Eu gostava de ter o meu próprio negócio.” (Miguel)

“Neste momento, quero ter tempo para a minha saúde e para cuidar de mim.” (Maria)

“Espero sinceramente arranjar trabalho e principalmente que os meus filhos consigam acabar os estudos.” (Luísa)

“Neste momento, para mim e, para a minha família, o meu objetivo é criar o meu próprio negócio.” (Carlos)

“Gostava de arranjar trabalho para dar melhores condições à minha filha.” (Sara)

“Neste momento espero, terminar de tirar a carta de condução para ver se consigo arranjar trabalho.” (António)

“Eu agora quero arranjar trabalho para ver se saio desta situação.” (Lúcia)

“Acredito que por mais que esteja mal, posso vir estar a melhor e o que me interessa é o bem-estar dos meus filhos e conseguir um trabalho.” (Filomena)

“No nosso país nem se sabe o que pensar, a nível de trabalho torna-se complicado, mas espero consegui-lo, para dar o melhor aos meus filhos.” (Francisco)

Na última parte da entrevista – **Trajectoria e Percurso de Vida após cessação da prestação/Reingresso na medida** – o objetivo era verificar casos em que houve um reingresso na medida e perceber as razões que estiveram na base dessa decisão. Verificou-se apenas três casos. Susana deixou de receber devido aos cortes este ano e não vai voltar a requerer porque tem consciência que não lhe vão conceder o rendimento, porque voltou a casar e os rendimentos do marido não a tornam elegível para o RSI.

“A casa onde vivo estava em nome do meu ex-marido, pai dos meus filhos mais novos, entretanto casei outra vez e como o meu marido trabalha, pronto deixei de receber acham que o ordenado dele é suficiente”.

Ângela deixou também de receber para trabalhar (emprego esse sugerido através do Centro de Emprego) tendo desenvolvido esse trabalho durante um ano. Findo o contrato, voltou a requerer o rendimento estando atualmente a receber: *“Sim andei sempre à procura, nunca desisti. Entretanto também fui chamada do Centro de Emprego através de um projeto de um ano, para ir trabalhar para o Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Santarém e foi assim que fiquei outra vez desempregada este ano a 10 de Agosto.” (Ângela)*

Por fim, o último caso, Francisco deixou de receber para começar a trabalhar e, agora que terminou o contrato voltou a requerer e está à espera de uma resposta. *“Eu faço parte de um clube de Canoagem, na altura precisávamos de alguém lá a tempo inteiro e íamos buscar alguém lá ao Centro de Emprego, ora como é preciso ter conhecimentos também sobre barcos e fibra e isto tudo, eu achei que podia propor na altura às técnicas ser eu a ir para lá que era muito melhor e foi assim que lá estive e depois deixei de receber o RSI.”*

As razões para voltarem a pedir o RSI são, portanto, o desemprego e a perceção subjetiva da falta de alternativas, por não conseguirem arranjar trabalho, não terem outros apoios e terem filhos a seu cargo.

“Sim tive apoio familiar, se não fosse os meus tios e a minha família hoje talvez já tinha entregado a casa ao banco.” (Ângela)

“Estar desempregada, é muito complicado na minha idade arranjar trabalho.” (Ângela)

“Terminou o contrato de trabalho, eu estava a receber e tive parar para começar a trabalhar, depois não tive opção.” (Francisco)

“Sim, eu estive a fazer aquele trabalho 1 ano e não podia ficar sem dinheiro quando tenho os meus dois filhos comigo.” (Francisco)

“Não consegui, ainda procurei mas também com o problema de saúde que tenho fico mais limitado.” (Francisco)

Referem ainda que não encontraram diferenças no processo para requerer novamente ao RSI. Apenas um fez formação nesse período que não recebeu mostrando que é o programa do RSI que contribui efetivamente para a formação dos sujeitos ainda que muitas vezes essa formação não se traduza numa maior empregabilidade.

Conclusão

Para finalizar, apresentam-se as principais conclusões do presente estudo, estabelecendo a ponte empiricamente com os objetivos do mesmo. Os métodos de investigação aplicados através da entrevista semi-diretiva permitiram caracterizar um grupo de pessoas que beneficiam do RSI e avaliar o impacto da implementação das novas condições de acesso a esta prestação social.

Confirma-se que as alterações nas condições de acesso mudaram significativamente as vidas de alguns beneficiários entrevistados, uma vez que viram o valor da sua prestação social ser reduzida.

No que diz respeito à relação existente entre estas novas medidas e o aumento da pobreza e exclusão social, verificou-se que a pobreza apresenta-se de diversas formas e que atinge cada vez mais pessoas que não apresentam percursos de exclusão ou pobreza estrutural. Sabemos que com a crise económica atual, certos indivíduos entraram em situação de pobreza e que esta pode ser ou não ser uma fase transitória ou imprevista, porque o tipo de beneficiários entrevistados na sua grande maioria (possivelmente também porque foi este tipo de beneficiário que surgiu – este estudo não esgota toda a realidade social) são aqueles que surgem de forma “acidental” neste programa social. Praticamente todos os indivíduos entrevistados consideram que não se sentem excluídos pela sua condição profissional e social.

Por sua vez, os mecanismos para avaliar o desempenho da implementação do Plano de Inserção Social e respetiva eficácia, realça-se a formação profissional como um fator determinante na inserção no mercado de trabalho, uma vez que, a grande maioria revela que foi através da formação que conseguiram concluir o 9º e 12º Ano através do RVCC e Cursos EFA. A formação pode ser um meio para a reintegração no mercado de trabalho, pois permite-lhes desenvolver e aperfeiçoar competências.

Para a integração social, mesmo sendo o RSI uma política social que se apresenta sobre forma remuneratória, é também um mecanismo de inserção social. Assim como, se apresenta sobre um direito constituinte da cidadania portuguesa que pretende reforçar a inserção social dos seus beneficiários.

Conclui-se ainda que os indivíduos mais afetados são os agregados familiares monoparentais - pelo fato de ser constituído apenas por um progenitor e não terem apoio familiar - e famílias nucleares. Foram estes os casos, os que sofreram mais cortes

no rendimento e as dificuldades decorrem do fato de terem filhos a cargo e a estudarem. Revelam ainda que deveria haver um maior acompanhamento no que diz respeito à inserção no mercado do trabalho especialmente para casos mais específicos, que estão mais isolados e sem meios de se deslocarem ou indivíduos que pretendem trabalhar mas que devido a problemas graves de saúde não podem ser inseridos em qualquer área profissional.

O RSI é de fato, um instrumento social bastante importante que permite que um número considerável de pessoas subsista e tente organizar novamente a sua vida para a sua inserção social e profissional. No entanto, há um aspeto que é importante referir, a motivação e iniciativa dos beneficiários pode ser vista de duas perspetivas diferentes: os que vêm os poucos recursos e meios como uma causa para a sua continuação nesta condição e os que reconhecem que muito embora sem recursos e sem meios depende deles próprios conseguirem mudar ou trazer algo de novo, diferente para as suas vidas.

Cada caso é um caso, e neste estudo em particular deve atender-se ao facto de ser um grupo heterogéneo e reduzido de pessoas, mas verificou-se que, contrariando o estereótipo do beneficiário subsídio-dependente, os indivíduos querem alterar a sua vida, sobretudo através do reingresso no mercado de trabalho. O sentimento de inutilidade paira sobre os seus pensamentos e verificou-se pelos seus discursos o quanto pretendiam alterar a realidade atual, não se sentindo confortáveis na pele de recipientes de apoios sociais inativos e passivos. Mas também há indivíduos que por diversas razões, como já mencionado (idade, problemas de saúde, filhos, desmotivação pessoal) se sentem resignados face à situação em que vivem.

Confirma-se, pois, em alguns casos que quando entram no sistema de proteção social vêm este mecanismo/política social como uma solução para o seu problema e não como um meio para a resolução do problema, manifestando alguma inércia e fatalismo.

Não se pode generalizar as questões envolventes nesta medida social. Há de fato uma enorme dependência desta condição mas, apresenta-se pelo estudo realizado, duas razões: desmotivação face à condição atual que consecutivamente gera inércia e comodismo e pessoas que até querem alterar a sua condição mas que são travadas por fatores como problemas de saúde, residência mais afastada do centro da cidade e meios de transportes inexistentes e que consecutivamente vai gerar os mesmos bloqueios, comodismo, habituação, desconhecimento de outra realidade. Por vezes, o problema é solucionável, mas torna-se mais complexo pela maneira como os indivíduos encaram as

dificuldades. O que é preocupante nestes casos é a postura perante o problema, pois muitos destes indivíduos já estão inseridos em contextos que travam ainda mais o processo de reinserção no mercado de trabalho. Por tudo isto, este assunto será sempre discutível, pois tem diversas perspetivas de análise.

Respondendo, por fim, à última questão introdutória, que se prendia com que outras políticas sociais poderiam ser implementadas, consideram-se fundamentais os ajustes no rendimento, no entanto, e, uma vez que há cortes significativos, poder-se-ia apostar noutras soluções como por exemplo, a inserção no mercado de trabalho através de trabalho social e comunitário (combatendo a inatividade que tantos consideram como um dos seus maiores problemas motivacionais), mas que posteriormente teria uma vertente de estágio e no final do contrato de inserção a hipótese de dar continuidade.

É importante referir ainda que o RSI, mesmo sendo uma medida que promove a reintegração social, com a atual crise económica, serão necessárias outras políticas sociais que respondam a novas e emergentes situações de pobreza.

No que diz respeito à trajetória e percurso de vida antes do RSI, considera-se que o passado não é na sua generalidade um fator condicionante do presente, pois a grande maioria dos entrevistados nesta pesquisa não justifica com um passado problemático a génese do seu percurso rumo à pobreza, revelando ausência de problemas económicos e familiares significativos. Curiosamente, na sua generalidade revelam maior preocupação e desmotivação relacionado com o presente do que com o passado face à inserção no mercado de trabalho.

Relativamente à trajetória e percurso de vida enquanto beneficiário de RSI, considera-se que o desemprego é efetivamente o problema com mais repercussões negativas nas suas vidas. Para combater esta problemática, a formação profissional assume-se como uma medida igualmente essencial, ainda que sem efeitos práticos imediatos. Consequentemente, o trabalho social também foi visto como uma medida positiva no geral, porque permite abrir novos caminhos para quem tem mais dificuldade de inserção profissional.

O aspeto mais negativo que os beneficiários apontaram é a perceção de distribuição do rendimento, referindo que conhecem casos em que a discrepância é injusta. Este aspeto também provocou duras críticas, porque ninguém concordou com o valor que recebe por ser manifestamente insuficiente para colmatar as despesas básicas. No entanto, se relacionarmos com a questão sobre o tempo que pensam necessitar deste rendimento,

não souberam especificar mas não esperam ficar nesta condição durante muito tempo e realçam que querem um trabalho para conseguirem mudar a realidade atual. Assim, ter um trabalho é o objetivo principal mais apresentado. O desemprego e as dificuldades em conseguir trabalho são, conseqüentemente os principais motivos para o reingresso na medida após cessação da prestação e mostrou uma vez mais alguma dose de desmotivação e habituação face à sua situação.

Por isso atualmente cada vez mais se fala em Empreendedorismo, realçando a importância das competências e aprendizagens adquiridas ao longo da vida, experiências profissionais vividas que podem ajudar a encontrar novos caminhos de afirmação pessoal e profissional. A aposta na formação, desenvolvimento pessoal e num caráter empreendedor pode ser um meio para alcançar os objetivos que pretendem e conseqüentemente saírem da única realidade que conhecem.

No entanto, há que realçar que a questão do empreendedorismo não é de todo a única solução para a reintegração social. Nem todos os indivíduos têm acesso a um patamar mínimo de recursos pessoais e económicos que lhes permita abrir portas para um futuro mais promissor, pelo que a aposta exclusiva no empreendedorismo deva ser vista com reserva.

Transportando esta problemática para o quadro da educação social, parece-nos necessário intensificar o trabalho em rede, o estabelecimento de parcerias com instituições/organizações que defendem os direitos humanos fundamentais e garantem que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, que promovem a luta contra a pobreza e a exclusão social. O trabalho do educador social desenvolve-se através do envolvimento de toda a sociedade civil, para que se estabeleça o *“ideal de uma cidadania ativa indissociável da existência de uma sociedade efetivamente inclusiva, apoiada numa rede de serviços eficaz e modernizada”* (Carvalho e Batista, 2004:53). O trabalho em rede tem assim um papel fundamental na defesa da resolução dos problemas de pobreza e exclusão social, porque o *“desenvolvimento da educação social prende-se simultaneamente, com uma agudização dos fenómenos de exclusão social (...)”* (Carvalho e Batista, 2004:11).

A intervenção comunitária permite ainda a integração de pessoas vítimas de exclusão social, de violência, de pobreza e de privação de direitos fundamentais. É aqui que, o trabalho do educador social se enfatiza, promovendo e desenvolvendo formas de inclusão social para indivíduos que se encontram em contextos que os desfavorecem.

Com a sua flexibilidade no desempenho e interpretação de vários papéis, ele ajusta o seu trabalho à complexidade dos contextos em que se insere.

No contexto de RSI, o educador social está habilitado para desempenhar funções que reforçam a estrutura pessoal e profissional do beneficiário da prestação social, por exemplo, através da educação não-formal, encontra-se novas formas de partilha e reforço de competências e aprendizagens. Desta forma, alguns beneficiários entrevistados conseguiram obter mais qualificações focando-se na evolução pessoal e profissional, desenvolvendo competências pessoais e sociais que lhes possa garantir um futuro melhor.

O trabalho do educador social está direcionado numa perspetiva de prevenção e reabilitação dos tecidos sociais mais fragilizados, no RSI, em particular, está ainda mais em evidência, a sua importância, uma vez, que os beneficiários e respetivas famílias são acompanhados por equipas multidisciplinares protocoladas para o RSI, que inclui educadores sociais. Obviamente, que nesta equipa fazem parte outros profissionais de extrema importância, pois o educador social é um agente que trabalha essencialmente em rede, em parceria.

O educador social está habilitado para desempenhar funções no contexto de intervenção de RSI, pois promove a negociação e elaboração do programa de inserção, participa nas reuniões de acompanhamento dos beneficiários e elabora a avaliação do programa de inserção. Não obstante de ainda desempenhar todas as funções inerentes à integração social e comunitária do beneficiário.

Podemos considerar que no contexto de RSI, o programa de inserção é uma resposta social de extrema importância, que por diversos mecanismos tenta devolver à vida dos seus beneficiários um equilíbrio e estabilidade necessários para a fase de vida em que se encontram.

Por tudo isto, o educador social será sempre o agente que reconhece, programa, efetua, garante e avalia a eficácia da intervenção social realçando sempre o seu guia, o ser humano, nos seus contextos pessoais, sociais, profissionais e comunitários.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira, et al. (1994), *Exclusão Social – Fatores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Capucha, Luís. Aires, Sérgio. Quintela, João. Reis, Ana Luísa. Santos, Paulo Costa (2005), *ONG's de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*. Cadernos EAPN, Porto.

Capucha, Luís. (2000), “Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário”, in José Madureira Pinto; António Dornelas (coords.), *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*, Lisboa, INCM, p. 13-36.

Capucha, Luís (coord.) (1998), *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental*, s/l, Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Carvalho, Adalberto Dias. Baptista, Isabel. (2004), *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*. Porto Editora, Porto.

Costa, Alfredo Bruto da (2008), Isabel Baptista, Pedro Perista e Paulo Carrilho, *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.

Costa, Alfredo Bruto da. (2005) – *Exclusões sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.

Costa, Alfredo Bruto da. Salgueiro, João. Cardoso, Ana (2003), *Uma conversa sobre pobreza: conceitos, políticas e ações em Portugal*. Cadernos EAPN, Lisboa.

Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusão Social*. Lisboa: Gravidia.

Estivill, Jordi. RODRIGUES, Fernanda. (2004), *10 Anos de EAPN em Portugal*. Cadernos REAPN, Porto Editora, Porto.

Hespanha, Pedro; Carapinheiro, Graça (2002), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Recuar Mais?* Porto, Afrontamento.

Fernandes, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, in *Sociologia*, 1, 9-66

Fernandes, António Teixeira (2000), “Desigualdades e representações sociais”, in *Sociologia*, 10, 203-214.

Fernandez, Luís Sobrado (2002), *Diagnóstico em educação. Teorias, modelos e processos*. Instituto Piaget.

Guerra, Isabel Carvalho (2000), *A Construção de Projetos de Intervenção e A avaliação de um Projeto de Intervenção em Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Principia, Cascais.

Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*, Cascais, Príncípia Editora Lda.

Imaginário, Luís, (2003), “Empregabilidade versus Profissionalidade”, in *Revista Formar*, nº especial (2003), p.13-19.

Kovács, Ilona (2002), “As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação”, Oeiras, Celta.

Kovács, Ilona (1999), “Qualificação, Formação e Empregabilidade”, in *Sociedade e Trabalho*, n.º 4, Lisboa.

Moreira, Carlos Diogo (1994), *Planeamento e estratégias da investigação social*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

OIT - Organização Internacional do Trabalho (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal*. Genebra: Bureau Internacional do trabalho.

Quintas, Sindo Froufe. Castaño, M. A. (1998), *Planificación e intervención socioeducativa*. 2ª ed. Salamanca: Amarú Ediciones, 1994; *Animación Sociocultural nuevos enfoques*. 3ª edição. Salamanca: Amarú Ediciones.

Quivy, R. & Van Campenhoudt (1998), *Manual de investigação em ciências sociais*. 2.ª Ed. Lisboa, Gradiva.

Rodrigues, E.V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M.M., Januário, S (1999). - Artigo *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*, Universidades de Letras, Sociologia, n.º 9, Porto, FLUP, consultado em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf, 2011/04/10.

Rodrigues, Eduardo Vítor, (2010), *“Escassos Caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do RMG/RSI*, Porto, Afrontamento.

Rodrigues, Eduardo Vítor (2010) - *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal* Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, pág. 191-230

Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal: 1974-1988*, Porto, Afrontamento.

Webgrafia

Amaro, Roque (s.d.), – *A exclusão social hoje* - Instituto S. Tomás de Aquino. Consultado em: http://www.triplov.org/ista/cadernos/cad_09/amaro.html.

Beneficiários com processamento de RSI 2012: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/37a19aab-d0ab-4579-b385-2bd747543a45> consultado a 10 de março de 2013

“Beneficiários de Rendimento Social de Inserção triplicaram”,

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2592291&page=-1

consultado a 18 de Setembro de 2012.

Cordeiro, Vânia - Género, RSI e mercado de trabalho: duas faces de uma mesma realidade [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2009. Tese de mestrado. Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/2451](http://hdl.handle.net/10071/2451), consultado a 18 de março de 2013

Entrevista semi-diretiva:

http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1523/APENDICES_ANEXOS.pdf?sequence=2, consultado a 5 de Setembro de 2012

Guia Prático – Rendimento Social de Inserção (2012:4): http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=22717&m=PDF, consultado a 12 de Julho de 2012

Gomes, Ana Luísa de Freitas - Acompanhamento social às famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. Lisboa: ISCTE, 2010. Dissertação de mestrado. Disponível em [www: http://hdl.handle.net/10071/4482](http://hdl.handle.net/10071/4482), consultado a 18 de março de 2013

Horta, Patricia (2010) A microanálise através da entrevista Semi-directiva. Uma avaliação do ciclo da Auto-regulação da aprendizagem. Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, Lisboa.

“Mais Beneficiários de RSI”:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=566937&tm=8&layout=121&visual=49>

consultado a 21 de Setembro de 2012.

“Novas regras de atribuição do Rendimento Social de Inserção entram em vigor em Julho”:http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2634262&page=-1 consultado a 18 de Setembro de 2012.

Rede Europeia Anti – Pobreza Portugal (EAPN) – <http://www.eapn.pt>

Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal - <http://www.rcaap.pt/>

RSI – Legislação em Segurança Social: <http://195.245.197.196/left.asp?03.06.06.01>
consultado a 14 de Julho de 2012

Rendimento e Condições de Vida 2011: www.ine.pt consultado a 12 de março 2012

Revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção e da lei de condição de recursos: <http://associacaopromotoradaeducacaosocial.blogspot.pt/> consultado a dia 9 de Julho de 2012

Anexo I – Guião de Entrevista

Objetivo da entrevista

- Conhecer as trajetórias e percursos de vida dos beneficiários de RSI em parceria com a EAPN, núcleo de Santarém.

Apresentação e Legitimação da Entrevista

Eu, Andreia Frade, Educadora Social e aluna de mestrado, estou neste momento a desenvolver um estudo sobre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, cujo tema principal é analisar os percursos e as trajetórias associadas a contextos de pobreza e exclusão social. Pretendo ainda com este estudo perceber o impacto causado pelas novas medidas, bem como as representações que os beneficiários têm sobre as mesmas. Solicitei a colaboração da EAPN no contato com os beneficiários.

Gostaria que me concedesse esta entrevista porque pretendo dar a conhecer a visão dos beneficiários e desmitificar algumas ideias relacionadas com o RSI e principalmente ideias associadas a quem o recebe. Quero conhecer a realidade dos entrevistados antes de receberem a prestação e enquanto beneficiários, e verificar a existência de casos de reingresso. Assim sendo, a sua colaboração é muito importante. Espero não demorar mais de 30-40 minutos. Importa-se que grave esta entrevista? Tem alguma objeção a fazer?

1. Trajetória e Percurso de Vida antes do RSI

(Tentar relacionar o percurso de vida com os motivos do requerimento da prestação de RSI; dar abertura para que o entrevistado se sinta à vontade para descrever a sua vida e as representações associadas à infância e à adolescência).

Família de Origem

- 1.1. Qual a escolaridade dos seus pais?
- 1.2. O que faziam os seus pais?
- 1.3. Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?
- 1.4. Tinha boas condições de vida naquela altura?

Representações sobre o passado

- 1.5. A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?
- 1.6. Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?
- 1.7. Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?
- 1.8. Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

Percurso escolar

- 1.9. Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?
- 1.10. Porque deixou de estudar? Tinha que idade?
- 1.11. Gostava de estudar, de estar na escola?
- 1.12. Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam?
- 1.13. Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Percurso Profissional

- 1.14. Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?
- 1.15. Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?
- 1.16. Teve outros trabalhos depois desse? Quais?
- 1.17. Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?
- 1.18. Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

Percurso familiar

- 1.19. Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade (para as famílias)?
- 1.20. A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?
- 1.21. Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?
- 1.22. O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?
- 1.23. Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjam trabalho?
- 1.24. Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?
- 1.25. (Para quem se separou/divorciou) Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?
- 1.26. Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?
- 1.27. (Para famílias extensas) Qual a relação de parentesco com as pessoas que vive neste momento?

2. Trajetória e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

(Recolher toda a informação necessária para analisar as representações associadas ao Rendimento Social de Inserção)

Requerimento-RSI

- 2.1. Como soube do RSI?
- 2.2. O que fez para ser beneficiário?
- 2.3. Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

- 2.4. Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?
- 2.5. O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?
- 2.6. Conhece bem as condições para receber esta prestação?
- 2.7. Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

Relação com o Programa de Inserção

- 2.8. Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?
- 2.9. As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?
- 2.10. Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?
- 2.11. Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?
- 2.12. O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?
- 2.13. Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?
- 2.14. Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

- 2.15. O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?
- 2.16. Recebe mais algum subsídio ou prestação social?
- 2.17. Concorda com o valor da prestação que recebe?
- 2.18. Há quanto tempo recebe?
- 2.19. Quanto recebe?
- 2.20. Tem mais poder de compra?
- 2.21. Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares? (para as famílias)
- 2.22. Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?
- 2.23. Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O Programa de Inserção tem-no/a ajudado?
- 2.24. O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?
- 2.25. Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

Percurso social

- 2.26. Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

- 2.27. Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

Expectativas futuras

- 2.28. Como se imagina daqui a uns anos?
 2.29. Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

3. Trajetória e Percurso de Vida após cessação da prestação/Reingresso na medida

Cessação da prestação

- 3.1. Porque deixou de receber a prestação?
 3.2. O que fez para organizar a sua vida novamente?
 3.3. Teve algum apoio extra, os familiares ajudaram-no/a ou recebeu outro apoio social?

Contexto familiar

- 3.4. O(s) seu(s) filho(s) continuaram a estudar?
 3.5. Tinha boas condições na sua residência?

Contexto escolar

- 3.6. Fez algum curso teve formação durante esse tempo?

Contexto profissional

- 3.7. Esteve desempregado/a quando deixou de receber a prestação?
 3.8. Conseguiu depois arranjar trabalho? O que fez para conseguir?

Reingresso na medida

- 3.9. O que o/a levou a pedir outra vez a prestação de RSI?
 3.10. Sente que não teve alternativa?
 3.11. O processo para pedir o rendimento foi igual ao anterior? O que mudou?

4. Caraterização do entrevistado

Idade

Sexo

Naturalidade

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos

Nível de escolaridade

Anexo II – Grelha de Análise

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub - categorias
<p>Trajectoria e Percurso de vida antes do RSI</p>	<p>- Analisar o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, escolar e profissional até ao momento em que solicitou o requerimento para o RSI</p>	<p>Família de Origem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade dos Pais • Profissão dos Pais • Residência e condições habitacionais e motivos de mudança • Laços familiares
		<p>Representações sobre o passado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relações familiares • Visão da infância e adolescência • Existência de dificuldades económicas • Representações sobre a pobreza e exclusão social e sentimentos associados
		<p>Percurso Escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência escolar • Motivos de interrupção • Relação com a escola • Papel da família
		<p>Percurso Profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Início da atividade profissional e razões de escolha • Atividades profissionais exercidas • Duração dos trabalhos • Experiência de desemprego e principais motivos • Razões da não inserção no mercado de trabalho (dificuldades por desmotivação pessoal; ausência de ofertas profissionais; ausência de habilitações literárias; outros motivos)
		<p>Percurso familiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Começo da vida familiar • Existência de filhos e número • Frequência escolar dos filhos • Dificuldades e

			<p>problemas existentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência/Razões de separação ou divórcio • Residência e condições habitacionais • Residentes na habitação e grau de parentesco (famílias extensas)
<p>Trajetória e Percurso de vida enquanto beneficiário de RSI</p>	<p>- Recolher toda a informação necessária para analisar as representações associadas ao Rendimento Social de Inserção;</p> <p>- Analisar que medidas de intervenção social são praticadas;</p> <p>- Verificar a rede de apoio social existente;</p> <p>- Perceber as representações associadas a este rendimento e a importância nas suas vidas.</p>	<p>Requerimento - RSI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento da medida e meios para a obter • Motivos do requerimento • Representações sobre o momento do requerimento (dificuldades ou facilidades) • Quanto tempo demorou o processo ser aprovado • Conhecimento dos motivos para deixar de receber
		<p>Relação com o Programa/ Acordo de Inserção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com o Programa de Inserção • Opinião sobre os apoios concedidos • Processo de elaboração do Programa de Inserção • Cumprimento das ações acordadas no Programa de Inserção • Opinião sobre a importância das ações do Acordo de Inserção • Trabalho social como voluntário • Opinião sobre as novas medidas e respetiva importância • Mudanças existentes com as novas medidas e respetivo impacto
		<p>Representações sobre o RSI:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Perspetiva face ao rendimento • Outros apoios ou prestações sociais

		Impactos e efeitos	<ul style="list-style-type: none"> • Opinião sobre o rendimento auferido • Consumo • Saúde • Educação/formação profissional • Emprego • Habitação • Opinião sobre o acompanhamento técnico/papel dos serviços sociais • Impacto causado com as novas medidas
		Percurso social	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania ativa • Isolamento • Existência de relações sociais/Exclusão social
Perspetivas/Visão geral do futuro		Expectativas futuras	<ul style="list-style-type: none"> • Aspirações para o futuro • Objetivos
Trajetória e Percurso de vida após a cessação da prestação/ Reingresso na medida	<p>- Analisar a trajetória e percurso de vida apenas para os beneficiários que reingressaram na medida;</p> <p>- Perceber toda a dinâmica após a cessação da prestação e os motivos que levaram o Ex beneficiário a requerer novamente</p>	Cessaçao da prestação	<ul style="list-style-type: none"> • Motivo de cessação • Estratégias de organização de vida • Dificuldades económicas/apoios
		Contexto familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Filhos com frequência escolar • Residência e condições habitacionais
		Contexto escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência de cursos de formação profissional
		Contexto profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência de desemprego • Atividades profissionais exercidas após cessação do RSI
		Reingresso na medida	<ul style="list-style-type: none"> • Motivos de reingresso na medida • Importância atribuída ao RSI • Processo de reingresso
Caraterização do entrevistado	- Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	<p>Idade</p> <p>Sexo</p> <p>Naturalidade</p> <p>Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos</p> <p>Estado Civil</p> <p>Nível de escolaridade</p>	

Anexo III – Caracterização dos Entrevistados

E	Idade	Naturalidade	Estado Civil	Agregado Familiar	Habilitações literárias	Profissões desempenhadas	Requerimento RSI	Motivos de Requerimento	Reingresso
Filipe	36	Santarém	Solteiro	1	9º Ano (RVCC)	Distribuição de Produtos alimentares; construção civil	Recebe pela 1ª vez há 1 ano	Desemprego/ falta de apoio familiar	Não
Ângela	44	Santarém	Separada	2 (Mãe e Filho)	9º Ano (RVCC) Inscrição no Curso Técnico de Marketing (equivalência ao 12º ano)	Limpezas	Recebeu 2ª vez mas deixou de receber por causa dos cortes e alterações na medida	Desemprego/ falta de apoio familiar/ filhos a cargo	Sim; Conforme ia arranjando trabalho suspendia o contrato e reingressava
Conceição	62	Alcanede	Casada	4 (Pais e 2 filhos)	4º Ano	Caixa no Supermercado;	Recebe há 3 anos com renovações sucessivas, já sofreu cortes este ano	Acidente de trabalho do marido que o impossibilitou de continuar a trabalhar	Não
Miguel	39	Santarém	Solteiro	1	9º Ano (RVCC)	Trabalho no campo; construção civil	Recebe pela 1ª vez há 1 ano e pouco	Desemprego	Não
Maria	50	Portalegre	Casada (2ª vez)	4 (Mãe; Padrasto; 2 Filhos)	12º Ano	Esteticista	Recebeu 1ª vez mas deixou de receber por causa dos cortes e alterações na medida	Separação; Problemas de saúde; Desemprego	Não
Susana	36	Lisboa	Solteira	3 (Mãe; 2 Filhos)	12º Ano; Frequência universitária 1 ano	Administrativa; secretária; auxiliar de lar; Empregada de balcão	Recebe pela 1ª vez com renovação há 3 anos	Desemprego; Falta de habitação	Não
Luísa	50	Santarém	Divorciada	4 (Mãe; 3 Filhos)	12º Ano; Curso Profissional de Relações Públicas e Marketing	Operadora de Loja; Gerente de Loja	Recebe pela 1ª vez há cerca de 1 ano	Separação; Desemprego; Deixou de receber o subsídio de desemprego	Não
Carlos	54	Venezuela (Dupla nacionalidade)	Casado	4 (Pais e 2 Filhos)	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica	Investigação universitária; Empresário no ramo da engenharia eletrotécnica	Recebe pela 1ª vez há 1 ano	Vinda para Portugal sem quaisquer recursos económicos, habitação	Não
Sara	32	Santarém	Solteira	2 (Mãe e 1 Filho)	9º Ano RVCC; 12º Ano EFA	Empregada de balcão; Funcionária na Junta	Recebe pela 1ª vez há 1 ano e já sofreu 1 corte este ano	Desemprego sem direito a subsídio	Não
António	36	Marvila, Santarém	Solteiro	3 (Requerente e os seus pais reformados)	12º Ano	Operário fabril; entre outros trabalhos pontuais (empresas de trabalho temporário)	Recebe pela 1ª vez há 1 ano	Desemprego	Não
Lúcia	44	Angola	Separado	4 (Mãe e 3 Filhos)	9º Ano EFA Cursos técnicos de Hotelaria e Restauração; Auxiliar de Ação Educativa e Informática	Hotelaria e Restauração; auxiliar num Jardim de Infância	Recebe pela 1ª vez há 1 ano e já sofreu 1 corte este ano	Desemprego sem direito a mais subsídio e Separação do marido	Não
Filomena	38	Santarém	Separada	4 (Mãe e 3 filhos)	6º Ano	Doméstica; Empregada de limpezas; Empregada de loja	Recebe há 5 anos, com renovações consecutivas. Já sofreu corte este ano	Desemprego; separação; falta de habitação	Não
Francisco	35	Ribeira de Santarém	Separado	3 (Pais e 2 filhos)	9º Ano RVCC	Encadernador tipografia; trabalhos na construção civil	Recebe há 1 ano, mas já esteve a receber anteriormente. Parou porque esteve a trabalhar	Desemprego sem direito a subsídio; separação; filhos a cargo	Terminou o trabalho (1 ano) e ficou novamente desempregado

Anexo IV – Transcrição das Entrevistas

Entrevista 1: realizada no dia 8 Out. 2012

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Qual é a escolaridade dos seus pais?

“Do meu pai não sei, a minha mãe tem a 4ª classe.”

O que faziam os seus pais para ganhar a vida?

“A minha mãe sempre foi doméstica, o meu pai não sei.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Eu vivo numa pequena aldeia, mas quando estive em Setúbal vivi sempre na mesma casa, saltei de anexo em anexo mas sempre na mesma casa.” (passou a infância em Setúbal, logo aqui pode revelar alguns problemas a nível familiar).

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Não. Passei muito mal, foram momentos maus que prefiro não recordar.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Nem por isso. Esporadicamente.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

O que aconteceu?

“(pausa) ... sim houve. O primeiro ano escolar em que descobri que todos tinham pai.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso? (perceber se recebiam algum apoio familiar, do Estado, etc, perceber a situação de pobreza e exclusão social existente).

“Sim, muitas. (eu pergunto-lhe se ele tivesse tido mais contato com o seu pai, se ele achava que a sua vida teria sido diferente, que podia ter mudado o seu percurso de vida, ao qual ele respondeu que achava que sim, se tiveram apoio de alguém ou apoios sociais, ao que me disse que não).”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Sim. Ter conhecido o meu pai.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Andei até ao 6º ano. Sim o 1º ano escolar”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Por causa das dificuldades financeiras. Não me lembro exatamente, mas tinha 12, 13 anos e tive de parar para começar a trabalhar.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Sim gostava, mas inicialmente deixei de estudar por vontade própria e passado uns meses é que vi o disparate que tinha feito.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam de deixar de estudar? (neste caso, a mãe)

“Aceitou perfeitamente, ao ponto de no ano seguinte não deixar voltar a estudar.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Sim claro que sim.”

Percurso Profissional

Depois de deixar de estudar, começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Fui para uma empresa de distribuição de produtos alimentares, fazia pequenas coisas, saí da escola num dia e no outro já estava a trabalhar.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Nós conhecíamos os donos que eram nossos vizinhos e ajudaram nessa altura. Estive lá uns 6, 7 anos.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Sim muitos, muitos outros. Desde ajudante de pedreiro, tudo o que é trabalhos de construção civil.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim. Muitas vezes. Umas vezes porque já não precisavam de mim, outras vezes porque me fartava das pessoas, é que as relações humanas por vezes são um bocadinho difíceis.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Não na década de 90 não senti isso, mas agora é muito mais difícil arranjar trabalho.”

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Foi através de uns amigos.”

O que fez para ser beneficiário?

“Não me lembro.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Estava desempregado e não tinha mesmo a quem recorrer.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“4 Meses mais ou menos.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Para além do dinheiro não houve muitas mudanças.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim. Quer dizer, pelo menos sabia, agora eles estão sempre a mudar.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sei, por exemplo se trabalhar e não disser nada eu deixo de receber o rendimento.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Não me pediram nada, assinei o contrato e não aconteceu nada.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Não sei, pelo menos são acessíveis.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Dá-me estabilidade para pensar no meu futuro, sem estar preocupado no que vou comer amanhã.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Não sei bem, porque as vezes conta mais as ajudas de quem precisamos do que as ajudas exteriores.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Não sei bem muito bem o que foi alterado.” (falei-lhe de algumas medidas)

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Sim concordo.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Não, eu acho que ajuda o país a ficar mais organizado, só isso.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Eu acho que a minha vida só mudou em termos de dinheiro.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Essa pergunta é muito relativa, para mim sozinho acho que me dão algum apoio, mas conheço muitas famílias que passam dificuldades, eu não pago renda e como estou sozinho também ajuda.”

Há quanto tempo recebe?

“Há cerca de 1 ano.”

Quanto recebe?

“Cerca de 160€.”

Tem mais poder de compra?

“Nem por isso.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares? (para as famílias)

“Não.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Construí-as.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Não.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Não nesse sentido não, mas preocupam-se e dizem se eu precisar de alguma coisa para dizer, mas eu também sou muito altruísta e gosto e fazer as coisas sozinho.” (perguntei-lhe se o ajudavam na procura de emprego)

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Não sei, depende do futuro, mas também acho que não só eu a precisar, metade do país vai precisar.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Não tenho muito contato com os meus familiares, mas com algumas pessoas sim.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado? (perguntar qual.)

“Não nunca, mas também não deixo que ninguém me exclua.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Já tive ideia, mas neste momento não.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Não sei.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Filipe

Idade - 36

Sexo - Masculino

Naturalidade - Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 1 Indivíduo

Nível de escolaridade - 9º Ano (através do RVCC)

Entrevista 2: realizada no dia 9 Out. 2012

Trajetória e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Qual é a escolaridade dos seus pais?

“O meu pai já faleceu, mas ambos tinham a 4ª classe.”

O que faziam os seus pais para ganhar a vida?

“A minha mãe fazia serviços de higiene e limpeza e o meu pai era auxiliar de armazém.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Não. Tive 20 anos a viver numa casa, entretanto mudei-me para outra e há uns anos comprei casa.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Não, porque eu e os meus irmãos começámos a trabalhar muito cedo. Comecei com 8, 9 anos, muito cedo, como a minha mãe trabalhava nas limpezas comecei com ela.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim davam-se e ainda hoje mantenho contato com outros familiares.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

O que aconteceu?

“Sim, não sei especificar muito bem, mas houve alguns momentos quando comecei a trabalhar e a viver para a casa. Eu fiz o 5º e o 6º ano à noite, trabalhava de dia e estudava à noite. Foi uma altura muito apertada.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Sim muitas, porque morávamos fora da cidade, tínhamos que pagar transporte e não era só isso, o meu pai também não ganhava muito, recebia naquela altura 10 contos, mas eu trabalhava e a minha mãe é que recebia o dinheiro, era para a casa, mas depois aos 14 anos comecei a trabalhar nas limpezas por minha conta e comecei então a receber ordenado para mim.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“É assim mudar, eu mudava, porque quando eu fiz a escola, sai da escola primária e fui trabalhar e naquele intervalo até ir estudar novamente houve um período muito complicado, tinha continuado os estudos, porque de resto...”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Fiz até ao 6º ano, mas há 5 anos fiz o 9º ano através do RVCC e há 4 anos iniciei o curso técnico de marketing para fazer o 12º ano.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Eu tive de deixar de trabalhar para ajudar os meus pais e ganhar dinheiro para a casa, tinha 12 anos.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Sim gostava.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam de deixar de estudar?

“Sim aceitaram, era para ajudar.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Sim sem dúvida, tinha mudado muita coisa.”

Percurso Profissional

Depois de deixar de estudar, começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Comecei a trabalhar nas limpezas.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Através da minha mãe, estive muitos anos seguidos a trabalhar nas limpezas, entre os 14 e os 19 anos estive a trabalhar em casas de senhoras, a fazer limpezas de escadas de prédios e escritórios de oficinas.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Depois juntei-me com o pai dos meus filhos e foi o descalabro total. Fui morar com ele e depois em 92 separamo-nos e vim morar para casa da minha mãe outra vez.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim enquanto estive com o pai dos meus filhos estive desempregada, porque também não dava, porque vivíamos fora de Santarém mais isolados.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim algumas, mas depois consegui quando me separei.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Não, estive junta com o pai dos meus filhos mas nunca casei.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Não.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Sim tenho dois filhos, um com 19 anos e uma com 24 anos, mas só vivo com o meu filho, a minha filha já vive sozinha.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

O meu filho ainda estuda, está a tirar um curso profissional de hotelaria, mas a filha não, trabalha.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjem trabalho?

“Eles nunca pararam de estudar, mas a minha já trabalha e o meu filho se tudo correr bem quando acabar os estudos vai trabalhar.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Vivi durante 20 anos numa casa, depois mudei e mais tarde comprei casa.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Estou separada há alguns anos. Sim tínhamos alguns de dinheiro e falta de trabalho.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Vivi sempre com os meus filhos.”

(Para famílias extensas) Qual a relação de parentesco com as pessoas que vive neste momento?

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Eu estava a part-time numa residencial, depois em 2005 o contrato acabou e eu fui ao Centro de Emprego e disseram-me que não tinha direito a nada, então pensei em tentar outras coisas, porque nessa altura estava sozinha com os meus filhos a estudar, era muita coisa, depois houve uma pessoa conhecida minha que me disse para ir à Segurança Social saber se tinha direito a alguma coisa.

O que fez para ser beneficiário?

“Fui à Segurança Social e preenchi muitos papéis, burocracias, eu fiz isso tudo e fui entregar.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Fiquei desempregada e tinha os meus filhos a estudar.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Demorou cerca de três meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Então nessa altura veio o dinheiro, mas eu continuei sempre à procura. Mas hoje em Portugal, passado os 35 anos uma pessoa leva um rótulo como já não está boa para trabalhar.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim conheço.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim estar a trabalhar.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“A Técnica quando me deu o contrato para assinar, ela já sabia o que eu queria, já tinha lá os meus estudos e o que eu pretendia de trabalho.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Em certa parte estão, eu estou a cumprir com o que estava no contrato.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Eu tenho andado à procura e as técnicas ajudavam quando eu tinha direito, mas agora como estou à espera está tudo pendente.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Não sei, talvez quem está a fazer voluntariado numa família só faz um, sei de casos assim, deviam ser todos e não só um, todos deviam fazer voluntariado.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Sinceramente ainda não sei bem o que vai mudar.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Sim concordo claro, mas devia ser para todos.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Sim, acho que sim, pode ajudar a encontrar trabalho.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Não muito, porque não recebia muito dinheiro, cerca de 150 euros.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não, o que recebia era muito pouco, e quando a minha filha saiu de casa, também dei conhecimento disso à técnica e fiquei a receber menos por causa disso.”

Quanto tempo recebeu?

“Eu estive a receber durante 2 anos”

Quanto recebia?

“Cerca de 150€.”

Tem mais poder de compra?

“Neste momento não.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares? (para as famílias)

“Não muitas, tenho só um problema na coluna, que por vezes não posso fazer esforços, mas nada de grave.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Vou tendo algumas, dentro da medida do possível.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Sim, eu acabei os estudos através do RVCC.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Sim, sempre me acompanharam na altura em que estava a receber.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Espero por pouco tempo se conseguir ter outra vez, porque quero arranjar trabalho.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Não, tenho contato com os meus amigos e família.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado? (perguntar qual.)

“Não, nunca me aconteceu nada.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Neste momento não sei, é muito difícil imaginar alguma coisa por estar nesta situação.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Arranjar trabalho, neste momento é a minha prioridade.”

Trajatória e Percurso de Vida após cessação da prestação/Reingresso na medida

Cessação da prestação

Porque deixou de receber a prestação?

“Agora terminou o contrato, mas eu conforme ia arranjando trabalho ia suspendendo o contrato e deixava de receber o RSI.”

O que fez para organizar a sua vida novamente?

“Comecei a trabalhar.”

Teve algum apoio extra, os familiares ajudaram-no/a ou recebeu outro apoio social?

“Sim tive, se não fosse os meus tios e a minha família hoje talvez já tinha entregue a casa ao banco.”

Contexto familiar

O(s) seu(s) filho(s) continuaram a estudar?

“Sim nunca pararam.”

Tinha boas condições na sua residência?

“Algumas, não muitas.”

Contexto escolar

Fez algum curso teve formação durante esse tempo?

“Sim, increvi-me no curso técnico de marketing.”

Contexto profissional

Esteve desempregado/a quando deixou de receber a prestação?

“Sim.”

Conseguiu depois arranjar trabalho? O que fez para conseguir?

“Sim andei sempre à procura, nunca desisti. Entretanto também fui chamada do Centro de Emprego através de um projeto de 1 ano, para ir trabalhar para o Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Santarém e foi assim que fiquei outra vez desempregada este ano a 10 de Agosto.”

Reingresso na medida

O que o/a levou a pedir outra vez a prestação de RSI?

“Estar desempregada, é muito complicado na minha idade arranjar trabalho.”

Sente que não teve alternativa?

“Não também por causa do meu filho.”

O processo para pedir o rendimento foi igual ao anterior? O que mudou?

“Sim foi, agora estou à espera de uma resposta.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Ângela

Idade - 44

Sexo - Feminino

Naturalidade - Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 2 Elementos (Mãe e Filho)

Nível de escolaridade - 12º Ano através do RVCC

Entrevista 3: realizada no dia 5 Nov. 2012

Trajetoória e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Qual é a escolaridade dos seus pais?

“Têm o 4º ano.”

O que faziam os seus pais para ganhar a vida?

“O meu pai era comerciante e a minha costureira.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Não. Quando tinha 19 anos quando o meu pai morreu, fui para a Parede viver para casa do meu irmão.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim. Já trabalhava.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim dávamo-nos todos bem.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

O que aconteceu?

“Sim, quando tinha 11 anos, com a morte da minha avó.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Não mudava, até porque quando era mais nova, o meu pai tinha uma fazenda e semeava e nós passávamos lá muito tempo, eu gosto muito da natureza.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Andei até à 4ª classe.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Eu naquela altura tinha dificuldade em assimilar os conhecimentos, os professores ensinavam, explicavam uma vez, não explicavam mais e por vezes eu não apanhava a matéria. O meu irmão ainda me quis pôr no colégio interno nas Caldas. Tinha 11 anos quando deixei. Eu ia para casa e não entendia. Então a escola para mim foi um bocado um pesadelo para a minha vida.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam de deixar de estudar?

“Sim.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Talvez sim, talvez não. Não reclamo isso, mas sim estar em casa do meu irmão.”

Percurso Profissional

Depois de deixar de estudar, começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Não. Comecei a trabalhar com 16 anos. Fui para um supermercado, era o BelSol na Parede. Eu gostei de lá estar. Era caixa. Mas depois saí porque não gostava de trabalhar ao Domingo, também pelos meus critérios de educação e de religião.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Foi através do meu irmão. Ainda estive lá 2 anos”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Casei com 22 anos.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“O problema é mais financeiro sim, porque o dinheiro não chega, depois os meus filhos também têm filhos.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Tenho 5 filhos. Tenho um com 22 anos que está na universidade a estudar.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Sim estuda só um. Tenho outra que já é engenheira, mas ela está e não está já tem namorado. Também tive um AVC, há 4 anos.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Sim.”

Trajatória e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Foi o meu marido, através de alguém...”

O que fez para ser beneficiário?

“Foi a minha filha que tratou de tudo.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Foi a situação do meu marido, ele era marceneiro, mas depois teve um acidente onde ficou muito limitado, a partir daí ele tinha uma oficina, mas deixou de conseguir fazer a força que fazia, esse acidente que ele teve foi muito grave e tudo se complicou, entretanto ele teve de fazer sucessivas operações e tudo isso nos afetou psicologicamente e fisicamente estamos a sofrer esse passado.

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Houve uma grande confusão, porque as coisas foram mal feitas. Recebíamos muito pouco dinheiro.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou nada, tenho muitas despesas. Não tenho dinheiro para nada, mesmo para pagar a prestação do computador do meu filho, é outra pessoa que pagou, nem consigo enfrentar a pessoa, é uma pessoa amiga, não capaz...”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim conheço.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sei.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“O meu marido é que tratou de tudo. Às vezes, eu vou à assistente social, uma vez perguntam como estão as coisas, uma vez também vou lá para desabafar.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Sim estão.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Não ajuda em grande coisa. Dá-me para pagar a renda. Eu tento equilibrar-me mas eu também tenho muitos problemas tive uma depressão. Estou a dever medicação. Uns dias tomamos outros dias não tomamos.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Sim, eu já sofri cortes, eu recebia há volta de 400 e pouco e agora baixaram muito. Recebo ajudas 1 ou 2 vezes por ano.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu acho que eles querem que as pessoas morram, para não ter que ajudar em nada.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“É assim há pessoas que se calhar não podem fazer isso, que é como o meu caso.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Talvez para algumas pessoas.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Não mudou quase nada.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Quanto recebe?

“Recebemos 300 e pouco euros, pago 150 euros de renda e fico com o resto.”

Há quanto tempo recebe?”

“Há dois, três anos.”

Tem mais poder de compra?

“Não tenho. O que ganho não chega para nada.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Sim nós temos muitas despesas na farmácia.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Nem por isso.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Eu não. Eu desde que tive o AVC, é complicado. O meu marido ainda tirou computadores, ele dá-se bem com aquilo.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Sim ajuda no que pode.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Eu não sei, é complicado pensar nisso.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Sim às vezes estou mais isolada. Eu não sou de Tremês, vivo lá há 40 anos, casei em 72.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Pensam que como não trabalhamos é porque temos sorte, mas eu já tive a infelicidade de passar por isso.

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Eu aprendi a viver um dia de cada vez, por causa da minha doença e, também o que me tem ajudado muito é o fórum da EAPN, eu gosto de vir aqui. “

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Eu espero que a minha família tem sempre.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Conceição

Idade - 62 anos

Sexo - Feminino

Naturalidade Mosteiros/Alcanede

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 4 elementos (Pai, Mãe, 2 filhos)

Nível de escolaridade - 4º ano

Entrevista 4: realizada no dia 5 Nov. 2012

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Qual é a escolaridade dos seus pais?

“Os meus pais têm a 4ª classe.”

O que faziam os seus pais para ganhar a vida?

“A minha mãe era doméstica e o meu pai era tipógrafo. Eram de Lamego, eles vieram para Santarém, e o meu pai abriu a tipografia aqui.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Vivi em várias casas, mas vivi sempre aqui.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Eu sempre vivi na “favela”, não tinha grandes condições, mas há piores. Já tive lá em cima, mas também em baixo.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Mais ou menos.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

O que aconteceu?

“Não houve assim nada que marcasse.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Sim em alguns aspetos sim.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Andei até ao 7º ano. Repeti dois anos.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Eu era um baldas, eu não precisava de estudar para saber as coisas, eu se fosse às aulas, sabia tudo.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Eu queria começar a trabalhar para ganhar o meu dinheiro. Eu hoje em dia, sei de onde vem a desmotivação que tinha em relação à escola, veio de casa, foi o meu pai que originou isso tudo. Ele dava-me tudo, para me comprar eu fui o único que nunca quis ser comprado.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam de deixar de estudar?

“Eles aceitaram. Tiveram de aceitar, o meu pai pôs-me a trabalhar com ele, eu já quando estudava, ajudava-o.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Sim podia claro.”

Percurso Profissional

Depois de deixar de estudar, começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Comecei a trabalhar com o meu pai.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Eu fiz um pouco de tudo, desde vindimas, obras, etc.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Não. Só quando a minha mãe faleceu há 15 anos. Foi muito complicado a minha relação com o meu pai. O meu pai puxou-me sempre o pé, eu arranjava trabalhos mas ele arranjava maneira de os perder.”

Trajétória e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Um amigo falou-me disso, tiveram a massacrar-me um ano ou dois, eu quero é trabalhar ganhar o meu dinheiro.”

O que fez para ser beneficiário?

“Fui à Segurança Social.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Estava sem trabalho.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Demorou 2-3 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou grande coisa.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Não conheço muito bem.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim conheço, estar a trabalhar, mas é o que quero fazer, mas está difícil de arranjar.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Não. Eu apenas fiz o RVCC, 9º ano e agora vou terminar o 12º ano também.

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Sim estão.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Só me ajuda com a alimentação e pouco mais.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Não, porque estou a conseguir pelo menos terminar a escola.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu acho que os cortes vão fazer com que as pessoas ainda vivam mais pobres.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Sim eu acho muito bem. Mas os cortes não.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Nem por isso, na alimentação é bom.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Como disse, na alimentação e pouco mais, é muito complicado. Uma pessoa vai à Caritas para um mês dão uma lata de atum e um saco de arroz, era mais vezes, mas as pessoas eram abusivas. Iam lá todos os dias. Por exemplo, também no mês de Agosto vai tudo para férias, e a fome também vai para férias? É como pessoas não terem gás em casa e dão um saco de arroz, como é que a pessoa vai cozinhar? São coisas desproporcionais. Dão mais a uma pessoa e a famílias menos por exemplo. Eu andei já a comer arroz com água.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não, não concordo.”

Há quanto tempo recebe?”

“Há 1 ano e pouco.”

Quanto recebe?

“Recebo 189 euros.”

Há quanto tempo recebe?”

“Há 1 ano e pouco.”

Tem mais poder de compra?

“Não. E aminha sorte é não pagar renda.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Não.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si?

“De há 1 ano para cá não mudou grande coisa.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Sim no RVCC, vou acabar o 12º ano.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Eu gosto, acompanham-me, é por isso que também estou nesta condição.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Eu espero não estar muito tempo.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Sim esta situação isola um bocado, mas eu não vou por aí, não aceito esse tipo de coisas.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não, nunca passei por esse tipo de situações.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Espero que melhor sinceramente.”

Que objetivos tem neste momento?

“Eu gostava de ter o meu próprio negócio.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Miguel

Idade - 39 anos

Sexo - Masculino

Naturalidade - Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 1 elemento

Nível de escolaridade 9º ano - RVCC

Entrevista 5: realizada no dia 6 Nov. 2012

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Qual é a escolaridade dos seus pais?

“O meu pai tem o 6º ano e a minha tem a 4ª classe.”

O que faziam os seus pais para ganhar a vida?

“A minha mãe era doméstica, não trabalhava e o meu pai era empregado comercial, tinha uma loja.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Eu vim do Alentejo, nasci em Arronches, os meus pais mudaram-se para aqui, para Santarém, vim com 5anos, lá estive sempre na mesma casa, depois quando vim para cá estive numa 6 meses e depois fui para outra onde fiquei até me casar.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim, então não tinha, sempre fui muito bem tratada, eu era filha única, quer dizer sou filha única, e sempre muito mimada, tinha tudo. ”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim dávamo-nos todos muito bem.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

O que aconteceu?

“Não, não sempre foi tudo muito normal.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Nem por isso, porque sempre soube fazer as minhas escolhas. Podia ter sido diferente apenas se eu não tivesse ficado doente, mas não se pode alterar. O que fez a minha vida ser menos boa, não foram questões externas, foi mesmo eu ter ficado doente. Tive que pôr 4 próteses na coluna e, pronto fiquei arrumada. A partir dos 35 anos foi assim. Nunca mais estive bem. Até ser operada nunca mais fui capaz de trabalhar nada de jeito, por mais que me esforçasse. Compreendo perfeitamente quando uma pessoa contrata um funcionário é porque precisa dele e essa pessoa tem de cumprir e se depois contrata uma pessoa que não consegue fazer face, então não dá, eu posso ter um crise e no dia a seguir não andar com dores. Limita-me, não posso fazer qualquer tipo de trabalho.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Andei até ao 12ano. Nunca repeti nenhum ano, e fiz uma formação profissional em Estética, Informática e Apoio à Família. Eu vou fazendo alguma formação, que me agrada, fiz também artes decorativas.”

Percurso Profissional

Depois de deixar de estudar, começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Sim, mesmo quando estava a estudar, eu ajudava o meu pai, como lhe disse ele tinha uma loja, e eu não achava bem o meu pai estar lá o dia todo e então saía das aulas e ia para lá à tarde para ele puder sair, ir a fornecedores, fazer as coisas dele. Depois estive 10 anos na estética, tive em vários Institutos, mas depois abri o meu próprio gabinete de estética no Cartaxo onde estive até aos 35 anos.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Eu procurei, naquela altura também era mais fácil arranjar trabalho, não havia tanta gente à procura do mesmo.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Não. Sempre tive bem, só depois quando comecei a ter este problema na coluna e depois fui operada, foi mais complicado, tive de deixar de trabalhar.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Não, eu vivi com os meus pais até aos 19 anos e depois casei com essa idade.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Eu tenho alguns problemas de saúde, tenho um problema na coluna e não posso fazer esforços.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Tenho 4 filhos. O mais velho tem 30 e o mais novo tem 12. Tenho dois filhos mais velhos, do meu primeiro casamento, que durou 7 anos, estes já não vivem comigo, cada um já tem a sua vida e a sua casa e tenho 2 filhos mais pequenos. Tive outra relação que durou 20 anos de onde resultou os meus dois filhos mais novos. Nós separámo-nos, por falta de problemas, ele é professor e ficou lá no quadro de zona e eu não ia tirar os meus filhos de Santarém, nem abandonar os meus pais. Não tomaria esta decisão, não é por mim que eu posso estar em qualquer lado, mas pelos meus pais e pelos meus filhos não, ia meter os meus pais num lar e vê-los 1 vez por mês? Eu casei outra vez recentemente, é o meu segundo casamento.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Sim, estudam os mais novos. Um está no 9º ano e o outro no 8º ano”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Não, mas já há alguns anos que vivo na mesma. Sim tínhamos boas condições.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Estou casada.”

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Falaram-me sobre isso, mas já não me lembro quem.”

O que fez para ser beneficiário?

“Depois de não conseguir trabalho, até porque eu não posso fazer qualquer tipo de trabalho fui à Segurança Social.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Eu tinha-me separado do pai dos meus filhos mais novos e tinha muitas despesas de farmácia. O pai dos meu filhos nessa altura mudou-se para outra casa em Lisboa, porque ele era lá professor e ficou por lá e deixou-me ficar com a casa onde vivíamos e ajudava-me nas despesas, pagava a renda, mas e o resto?”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Demorou 6-7 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou grande coisa.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim, por exemplo não estar a trabalhar, não ter dinheiro para nada, ter filhos a cargo, não ter comida em casa nem meios para a arranjar.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Eu conheço, estar a trabalhar.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Não me foi pedido nada, que me lembre.”

Quanto recebia, quando estava a receber?

“Portanto, com os meus dois filhos, estávamos a receber 254€ depois foi alterando, cheguei a receber 152€, mas quando tinha os meus 4 filhos, cheguei a receber 400€ e pouco.”

Quanto tempo esteve a receber?

“Eu estive a receber durante 5 anos.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu por exemplo deixei de receber, e mais pessoas vão ficar nesta situação o que vai aumentar ainda mais a miséria e a pobreza neste país.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Sim eu acho muito bem. Mas tem que ser ajustado a cada um, porque há muitas pessoas com problemas e saúde que não podem fazer tudo.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Em alguns aspetos sim, mas como é muito pouco não dá para ter uma vida digna.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Sim, com medicação para as dores por causa da coluna.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Não, não sinto isso, tenho a minha família por perto.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não, nunca senti nada.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Eu espero estar melhor e que corra tudo bem com os meus filhos.”

Que objetivos tem neste momento?

“Neste momento, quero ter tempo para a minha saúde e para cuidar de mim.”

Trajétória e Percurso de Vida após cessação da prestação/Reingresso na medida

Cessaçã o da prestação

Porque deixou de receber a prestação?

“A casa onde vivo estava em nome do meu ex-marido, pai dos meus filhos mais novos, entretanto casei outra vez e como o meu marido trabalha, pronto deixei de receber acham que o ordenado dele é suficiente.”

O que fez para organizar a sua vida novamente?

“Comecei a trabalhar.”

Teve algum apoio extra, os familiares ajudaram-no/a ou recebeu outro apoio social?

“Eu sempre tive a sorte de ter os meus pais e de me ajudarem no que podem, mas agora já não, eles precisam muito de mim, eu na altura que me separei, o meu marido trabalhava fora eu nunca quis deixar os meus pais sozinhos, era incapaz.”

Contexto familiar

O(s) seu(s) filho(s) continuaram a estudar?

“Sim.”

Tinha boas condições na sua residência?

“Sim.”

Contexto escolar

Fez algum curso teve formação durante esse tempo?

“Não.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Maria

Idade - 50 anos

Sexo - Feminino

Naturalidade Portalegre

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 4 elementos

Nível de escolaridade - 12º ano

Entrevista 6: realizada no dia 5 Nov. 2012

(Não foi autorizada a sua gravação)

Trajatória e Percurso de Vida antes do RSI

A entrevistada recusou responder a algumas questões relacionadas com o seu passado e respetivas representações, o percurso escolar

Família de Origem

Qual é a escolaridade dos seus pais?

“O meu pai tem o 12º ano e a mãe tem o 9º ano.”

O que fazem os seus pais para ganhar a vida?

“O meu pai é Técnico de Telecomunicações e a minha mãe é Técnica Administrativa.”

(A partir daqui, a entrevistada recusou-se a responder a algumas perguntas, o que vai dificultar a sua análise.)

Percurso Profissional

Como conseguiu os trabalhos onde esteve? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Eu trabalhei em Pastelaria, na área administrativa, já estive como ajudante de lar, como secretária.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Não, estive junta com uma pessoa.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Sim alguns. O pai dos meus filhos também não assume as suas responsabilidades.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Tenho um filho com 5 anos e uma com 12 anos e vivem os dois comigo.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“A minha filha está a estudar está no 5º ano, por termos mudado de residência e devido a alguns problemas, a minha filha perdeu dois anos, o meu filho tem autismo e eu passo muito tempo com ele, porque ele está na escolinha até Às 15h mas ele precisa de outro tipo de acompanhamento que não tem, eu estou limitada em termos de trabalho, porque tenho que ficar com ele e na quando ele lá está, não disponibilizam uma auxiliar só para ficar com ele, por exemplo, ele não pode participar em algumas atividades.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Não. Quando me separei ainda voltei a viver em casa dos meus pais.”

Trajétória e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Na altura o meu pai falou-me nisso.”

O que fez para ser beneficiário?

“O meu pai alertou-me para procurar assistência social, os meus pais já me ajudaram muito e depois quando me separei e fui viver com os meus pais resolvi tratar tudo na Segurança Social.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Estar sem trabalho, sem casa.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Cerca de 4-5 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Mudou em alguns aspetos, mais em relação ao problema do meu filho, ele precisa de medicação.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim conheço.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim, o facto de trabalhar, por acaso houve uma altura que arranjei trabalho na Santa Casa como ajudante de lar e estive a receber apenas uma parte do rendimento.”

Relação com o Programa de Inserção

(só aceitou responder a algumas perguntas)

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Sim estão.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Eu costumo falar com a técnica que me acompanha, ela está sempre disponível.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu acho que as medidas devem ser ajustadas à realidade de cada um.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Em certos aspetos sim. Depende do tipo de trabalho.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Talvez para algumas pessoas.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Mais pelos meus filhos, sim mudou.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Recebo também o abono dos meus filhos.”

Quanto recebe?

“A minha prestação já levou um corte eu recebia 300€ e pouco e agora recebo 290€ da prestação e pago a renda da casa de 300€”

Há quanto tempo recebe?”

“Há três anos.”

Tem mais poder de compra?

“Não tenho.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Sim com o meu filho que precisa de medicação de 12 em 12h.”

Percurso social

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Comigo não, mas com o meu filho sim.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Susana

Idade - 36 anos

Sexo - Feminino

Naturalidade - Lisboa

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 3 elementos (Mãe, 2 filhos)

Nível de escolaridade - 12º ano com frequência universitária 1º ano

Entrevista 7: realizada no dia 12 Nov. 2012

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“Os meus pais têm a 4º ano.”

O que faziam os seus pais?

“Os meus pais tinham lojas de vestuário.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Sim.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim, posso dizer que sim, não tínhamos problemas económicos.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim e ainda somos muito unidos.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“Posso dizer que não houve assim nada, pelo menos de grave que tenha passado.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não, sempre vivemos bem, eu vim de uma família com muitos valores e sempre fomos muito unidos, tenho dois irmãos que posso dizer que vivem bem.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“É assim, mudar o meu passado não, mas também vou-lhe dizer que nunca podia imaginar que podia estar numa situação destas. Nós nunca devemos dizer desta água não beberei.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Eu fiz até ao 12º ano, depois fiz um Curso Profissional de 2 anos e meio de Relações Públicas e Marketing, também tenho um curso de Vitrinismo, de Informática.”

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Sim, eu comecei muito nova, os meus pais tinham lojas de vestuário, a minha família sempre esteve ligada à moda e vestuário e eu também tive o meu próprio negócio, toda a vida trabalhei por conta própria.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Quando comecei, herdei algumas lojas do meu pai, ainda estive assim mais de 10 anos.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Sim. Depois estive como gerente numa loja de acessórios durante cinco anos.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim antes de ir para essa loja, e depois de sair. Tive direito ao subsídio de desemprego, mas a partir daí foi o descalabro, não arranjo trabalho.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim claro. E ainda sinto, pelo fator idade também. Eu não estou à espera, eu ando na rua, eu procuro.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

Não. Eu casei aos 20 anos.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Não e ainda bem.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Eu tenho 5 filhos. 2 já são independentes e os outros 3 vivem comigo.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Tenho uma filha que está na faculdade, um a fazer um Curso Profissional e o meu mais novo está no 7º ano.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjem trabalho?

“Eu quero muito que eles continuem e tudo o que tenho é para os meus filhos. Esta país está muito complicado e eles aqui também não têm grande futuro, por isso concordo que invistam no seu futuro.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Sim, sempre na mesma casa.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Eu divorciei-me há cerca de 1 ano, faz em Fevereiro 1 ano, foi assim de repente, a partir daí surgiram os problemas. Nós tínhamos uma família e uma convivência dita normal e, de repente tudo mudou, até para com os meus filhos, já não é a mesma coisa.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Vivi sempre só com a minha família.”

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Eu soube por minha iniciativa, porque como lhe disse sou uma pessoa que procura, que pesquisa, tenho os meios de comunicação social e quando realmente vi que podia pelo menos, garantir algo aos meus filhos, visto que nem a ajuda do meu ex-marido tenho.”

O que fez para ser beneficiário?

“Portanto, fui à Segurança Social e preenchi os papéis, ainda levou algum tempo, muita burocracia.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“O facto de estar sem desempregada, já não ter direito ao subsídio de desemprego e, de repente separar-me.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Levou cerca de 6 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou muito sem ser a ajuda monetária, mas é melhor isso do que não conseguir ter nada pelo menos para os meus filhos.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim, estou bem informada, aliás o meu processo inicialmente nem foi aceite, mas era impossível, porque eu tinha 3 filhos a meu cargo e novamente tentei até conseguir.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim, sei que se arranjar um trabalho, posso perder esse direito, mas preferia consegui-lo claro.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Não sei bem, posso dizer que já fui chamada ao Centro de Emprego algumas vezes, mas neste momento também não existe muita formação profissional.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Posso dizer que algumas coisas sim.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Pode ajudar em termos de formação e dar algumas indicações para procurar trabalho, não especificar bem no que pode ajudar mais.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Eu acho que deviam ver melhor os casos, há grandes discrepâncias, há pessoas que se calhar deviam receber mais do que outras.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu acho que devia de haver uma maior moderação para com as famílias, é uma enorme asfixia, são cortes muito grandes, eu por exemplo, sofri esse corte.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Eu com concordo com estas medidas, também é bom estarmos ocupados e sempre vamos ajudando também, mas devia de haver alternativas de emprego.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Sim são importantes, porque as pessoas podem até desenvolver mais competências.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Não melhorou muito, apenas consigo dar um teto aos meus filhos.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Só o abono dos meus filhos, mais nada.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não.”

Há quanto tempo recebe?

“Recebo quase há 1 ano.”

Quanto recebe?

“Eu recebo 430€ mais os anos dos meus filhos que são 85€ e pago uma renda de 300€.”

Tem mais poder de compra?

“Não. Aquilo que ganho não chega, pago a renda e se não tivesse a ajuda dos meus pais na alimentação, não conseguia viver.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares? (para as famílias)

“Sim tenho algumas despesas, porque eu tenho uma doença crónica, sou doente asmática.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Eu não tenho nada em meu nome, vivo numa casa alugada, pago renda, mas não vivo mal.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Não, apenas fui contactada algumas vezes.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“A Técnica que me acompanha tem mantido contato comigo e conversa comigo.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Espero não muito tempo, porque também procuro ativamente emprego, mas está difícil mesmo de conseguir.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Sim costumo estar com os meus pais, também tenho os meus irmãos e alguns amigos e principalmente tenho 5 filhos que são uma companhia enorme.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não, nunca passei por uma situação dessas.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Imagino que a minha situação vai estar melhor.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Espero sinceramente arranjar trabalho e principalmente que os meus filhos consigam acabar os estudos.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Luísa

Idade 50 anos

Sexo Feminino

Naturalidade Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos 4 (Mãe e 3 filhos)

Nível de escolaridade 12º ano com Curso Profissional

Entrevista 8: realizada no dia 12 Nov. 2012

Trajétória e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“Os meus pais têm o 4º ano.”

O que faziam os seus pais?

“O meu pai foi para a Venezuela em 1945. Trabalhava nas petrolíferas e a minha era Empregada Doméstica. Depois do 25 de abril voltaram para Portugal.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Sim.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim muitas boas condições de vida. Só que houve uma derrocada e perdemos tudo.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“Não houve nenhum momento negativo.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Eu passei dificuldades e estou a passar desde que vim para Portugal.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Não mudava muita coisa, mas sim no presente, quando uma pessoa está limitada e não se consegue valer a ela própria.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Eu estudei e fiz uma Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica.

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Depois de me formar em Engenharia arranjei logo trabalho.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Na Venezuela, tive a minha empresa, fiz investigação na Universidade onde me formei para pessoas com problemas auditivos, aparelhos auditivos.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Não nunca, sempre trabalhei, fiz investigação na Universidade, sempre trabalhei em engenharia, nunca tive este tipo de problema, nunca me vi nesta situação.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim, tive alguns problemas também porque não sou de cá.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? Casou com que idade?

“Eu casei a 1ª vez com 30 anos, mas durou pouco tempo, depois casei mais tarde com 40 anos com a mulher que estou hoje e mãe dos meus filhos.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Não.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Eu tenho 2 filhos pequenos e vivem connosco.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Sim estão a estudar. Um está no 6º ano e o outro no 4º ano.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjem trabalho?

“Eu quero que eles criem as suas oportunidades e que estudem claro.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Sim desde que cá estamos sim.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Só com a minha família.”

Trajectoria e Percorso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Chegámos a Portugal, vínhamos completamente deslocados, sem nada e informámo-nos da proteção social.”

O que fez para ser beneficiário?

“Fomos à Segurança Social.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Vim para Portugal sem nada.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Demorou cerca de 2 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou grande coisa, a minha mulher também está desempregada.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Não ter trabalho, viver para sobreviver, ter filhos a cargo e não ter condições para os criar.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim, por exemplo estar a ganhar dinheiro por fora.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Em certos aspetos sim, eu até quero progredir e mudar esta situação.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Eu queria ver se as coisas mudavam para ver se tenho a oportunidade de avançar com o meu projeto pessoal.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Fazer um acompanhamento diferente. Há que analisar se a pessoa tem capacidade própria de procurar trabalho.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Não concordo, deviam avaliar de outra forma, fazer outro tipo de acompanhamento.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Se exigem acaba por não ser voluntário, mas eu concordo, porque é uma forma de ocupar as pessoas.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“São, se também acabar por abrir portas para quem se dedicar ao voluntário.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Não noto grandes diferenças.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não e, isto não é um objetivo de vida, porque eu não quero estar parado.”

Há quanto tempo recebe?

“Estamos a receber há cerca de 1 ano.”

Quanto recebe?

“Nós tivemos um corte, nós estávamos a receber 509€ e agora recebemos 300€ e a minha renda da casa tive de fazer um pedido para baixar a renda a muito custo conseguimos.”

Tem mais poder de compra?

“Não.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Não.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Não, nem dá para pensar nisso.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Não. Não tive nenhuma formação e não tem-me ajudado muito para além do dinheiro.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Sim a técnica ajuda a minha família, dá-nos indicações, ela sabe da ideia que eu tenho para criar o meu próprio emprego.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Espero que isto mude, porque a minha ideia é criar o meu próprio negócio e espero que o processo seja mais fácil do que tem sido até agora.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Eu sou uma pessoa muito dinâmica e estou sempre em contato com as pessoas.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não, não me aconteceu nunca.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Imagino-me muito melhor, e, com o meu trabalho.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Neste momento, para mim e, para a minha família, o meu objetivo é criar o meu próprio negócio.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Carlos

Idade - 54 anos

Sexo - Masculino

Naturalidade - Dupla Nacionalidade (Portuguesa/Venezuelana)

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 4 (Pai, Mãe e 2 filhos)

Nível de escolaridade - Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica

Entrevista 9: realizada no dia 12 Nov. 2012

Nota: Não se sentiu à vontade com a gravação pelo que considere apenas o seu testemunho.

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“Um deles têm o 4º ano, o outro não sei.”

O que faziam os seus pais?

“Os meus pais estão reformados, trabalharam mais no campo.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Vivemos sempre cá na mesma casa.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Mais ou menos, o normal, nada muito grave.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“Não.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Algumas. Poupávamos, não gastávamos muito dinheiro.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Podia ter continuado a estudar.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Fiz até ao 7º ano.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Eu deixei de estudar porque os meus pais não conseguiam manter-me na escola, era um grande gasto.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Não muito.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam?

“Sim eles não tinham alternativa.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Sim, podia ter mais oportunidades agora.”

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Não. Fiquei em casa, ajudava os meus pais.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Eu fiz alguns trabalhos esporádicos.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim já ainda há bem pouco tempo fiquei nessa situação.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim. Porque vivo numa zona mais isolada. E também porque não há muita oferta.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Sim, vivi.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Não.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Eu tenho 1 filha e vive comigo.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“A minha filha está na 4ª ano.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjem trabalho?

“Eu gostava muito que a minha filha continuasse a estudar.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Sim, com os meus pais.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Eu sou solteira.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Vivi sempre só com a minha filha.”

Trajectoria e Percorso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Eu estava a receber subsídio de desemprego. Tive a trabalhar na Junta em Almoester e depois deixei de receber foi quando me fui informar.”

O que fez para ser beneficiário?

“Fui à Segurança Social.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Eu fiquei desempregada e não tinha direito a nada.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Demorou à volta de 2-3 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou muita coisa.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim, por exemplo, o meu caso.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sei, estar a receber dinheiro sem dizer.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Só na parte da formação.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Só na procura de trabalho, mas mesmo assim não chega.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Ajudarem mais na procura de trabalho, porque eu por exemplo, não tenho como me deslocar.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu acho que vai agravar mais a situação das pessoas.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Não concordo muito, mas isso depende das pessoas. Eu por exemplo, estive a fazer um trabalho na Junta mas estava a receber do Centro de Emprego”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Eu acho que em alguns casos sim, mas noutros casos é complicado por exemplo para quem está mais isolado.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Não posso dizer que melhorou em termos de trabalho, mas consegui terminar os estudos, o que foi muito bom.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Recebo só o abono da minha filha.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não.”

Há quanto tempo recebe?

“Eu recebo a prestação quase há 1 ano.”

Quanto recebe?

“Eu agora estou a receber 245€, mas sofri um corte em Junho.”

Tem mais poder de compra?

“Não, nada.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Eu tenho alguns problemas de saúde. Sou asmática e uma bomba custa 30€. Por isso não tenho gasto muito dinheiro.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Eu vivo num anexo dos meus pais ao pé da casa deles.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Sim ajudou-me bastante, porque consegui terminar a escola.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Sim têm-me ajudado bastante, Agora deram-me uma folha para procurar trabalho e ir aos sítios para carimbar.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Espero que não seja muito tempo, só estou assim porque não arranjo trabalho.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Um pouco, onde eu vivo não há muito movimento e eu também estou limitada em termos de transporte.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Não tenho muitas perspetivas de futuro neste momento, é muito difícil.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Gostava de arranjar trabalho para dar melhores condições à minha filha.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Sara

Idade - 32 anos

Sexo - Feminino

Naturalidade - Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 2 (Mãe e filha)

Nível de escolaridade - 7º ano; 9º ano RVCC; 12º ano EFA

Entrevista 10: realizada no dia 12 Nov. 2012

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“A minha mãe e o meu pai têm o 4º ano.”

O que faziam os seus pais?

“O meu pai trabalhava numa fábrica de madeira e a minha mãe era empregada de limpeza.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

Sim sempre.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“As razoáveis.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim, somos unidos e os meus pais ajudam-me naquilo que podem.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“Não.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Não mudava nada, até porque tive uma boa educação.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Eu fiz até ao 12º ano.”

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Eu comecei antes. Ia fazendo alguns trabalhos, uns biscates. Depois quando acabei a escola fui para uma fábrica de madeira, onde estive lá durante algum tempo.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“O meu pai já lá trabalhava e na altura ajudou-me.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Sim eu depois fiz alguns trabalhos, também tive na SONAE, empresas de trabalho temporário também, mas só a prestar serviços pontuais.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sempre trabalhei, de há 2 anos para cá foi muito complicado.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim muitas. Também porque não tinha carta.”

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Eu fui à Segurança Social para saber se havia algum tipo de proteção para quem não tinha direito a nada e estivesse sem trabalho.”

O que fez para ser beneficiário?

“Dirigi-me à Segurança Social.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Fiquei desempregado e não conseguia arranjar trabalho.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“2 Meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Só o fato de ter algum dinheiro para viver e a formação que vou conseguindo.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim, sei, estar sem trabalho e não ter condições de vida para nada.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim, não viver de acordo com o que os técnicos sabem.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Não. Assinei e não fiz nada, depois recebi o que disseram que tinha direito.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Sim.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Ajuda-me em termos de formação.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Mudar na procura ativa de trabalho.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu não concordo com os cortes, ou então devia de haver mais alternativas para as pessoas que querem muito um trabalho e não arranjam e depois deixam-se estar nesta situação.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Sim concordo, é uma forma de manter as pessoas ocupadas.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Eu acho que são importantes para as pessoas terem mais oportunidades.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Melhorou um pouco, mas não muito porque ainda não consegui trabalho para ver se mudo de vida.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Sim, para mim vai dando.”

Há quanto tempo recebe?

“Há quase dois anos”

Quanto recebe?

“Recebo cerca de 270€.”

Tem mais poder de compra?

“Não.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Não.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Eu vivo em casa dos meus pais.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Em termos de formação tem-me ajudado, fiz informática.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Sim, tem-me acompanhado, vai-me informando de ações de formação.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Espero que quando terminar a carta a minha situação mude e aí já posso arranjar trabalho e procurar noutros sítios mais longe.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Não me sinto isolado.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Espero que a minha vida melhore, pelo menos se conseguir trabalho era ótimo.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Neste momento espero, terminar de tirar a carta de condução para ver se consigo arranjar trabalho.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - António

Idade - 36 anos

Sexo - Masculino

Naturalidade - Marvila, Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos – 3 (Requerente e Pais reformados)

Nível de escolaridade - 12º ano

Entrevista 11: realizada no dia 12 Nov. 2012

Trajectoria e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“Os meus pais têm o 6º ano.”

O que faziam os seus pais?

“Os meus pais eram funcionários públicos. Agora estão reformados.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Sim.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim, tínhamos.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“Não.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não, nada. Eu só passei dificuldades depois de me juntar.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Em algumas coisas mudava, mas também aprendi muito com isso.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Eu fiz até ao 7º ano, sim repeti 1 ano.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Eu queria trabalhar.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Não muito, porque eu queria ter o meu trabalho.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam?

“Não, porque eu até tenho o meu irmão que é professor, só eu é que segui outro caminho.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Sim, se calhar hoje não estava assim, não sei.”

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Eu fui para uma fábrica de calçado, estava lá na parte da produção.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Não me recordo, já foi há muito tempo. Estive lá ainda uns anos.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Depois desse trabalho, eu saí de lá e tirei um curso de Hotelaria, onde estive praticamente a minha vida toda a trabalhar nessa área, depois tirei um curso de auxiliar de educação e estive num Jardim de Infância, que por acaso é onde a minha filha mais pequena anda agora.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim estou agora.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim, depois de engravidar já foi muito difícil conseguir.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade (para as famílias)?

“Agora vivo com a minha filha. Juntei-me com 20, 21 anos.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Não, mas o facto de não ter dinheiro é difícil, a minha filha quando estava a estudar também tinha muitas dificuldades, nem sei como conseguir que a minha filha estudasse, ela acabou agora a licenciatura e não arranja trabalho.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Eu tenho 3 filhas.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Sim estão a estudar. Uma acabou o curso, tenho uma no 2º ano e a minha mais pequena está no Infantário.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjem trabalho?

“Quero muito que ela consiga alguma coisa para ela, mas ela é tão novinha com uma licenciatura, depois dizem-lhe que ela é muito nova e que não tem experiência, como é que assim ela vai ter uma oportunidade?”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Sim, só agora desde que me separei é que vivo noutra casa, que é alugada.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Eu estou separada, eu sofria de violência doméstica há já alguns anos e achei que devia mudar isso também pelo bem das minhas filhas.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Só com os meus familiares diretos.”

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Soube através de pessoas conhecidas e também já tinha ouvido na comunicação social.”

O que fez para ser beneficiário?

“Eu sofria de violência doméstica e queria mudar, sair de casa, não aguentava mais aquilo e depois fui à Segurança Social e apresentei a minha situação e depois preenchi os papéis para ter direito ao RSI.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Eu estava desempregada.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“1 Mês mais ou menos.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Mudou a partir do momento em que me separei, saí daquele sufoco.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Sim, perguntaram-me se estava disponível para trabalhar, para formação.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Sim.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“A mim tem-me ajudado nas formações.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Ajudarem mais na procura de trabalho.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Há muita gente que se acomodou e que não precisa. Há casos para rever mas não é só para cortar o que já se têm.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Eu concordo, porque as pessoas sempre vão fazendo alguma coisa para não estarem paradas.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Depende muito dos casos. Há casos que sim que as pessoas conseguem equilibrar as contas, mas noutros é muito complicado.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Mudou pelo facto de conseguir tirar formações.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Recebo a pensão de alimentos no valor de 200€.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não, porque agora baixaram muito a prestação.”

Há quanto tempo recebe?

“Há 1 ano.”

Quanto recebe?

“Eu levei um corte este ano, recebia 311€ e agora recebo 189€.”

Tem mais poder de compra?

“Não, porque o que ganho mal dá para as despesas.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Não, felizmente não.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“O normal, eu vivo numa casa alugada.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Ajuda-me na formação profissional.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“As vezes sim, mas não é que seja uma pessoa muito acessível.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Espero dentro em breve já ter trabalho.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Não, nada.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Até há bem pouco tempo não. Estive a fazer uma formação para Operadora de Informática e senti que quando souberam que estava a receber do rendimento olharam-me de lado.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Espero que já não esteja a passar por isto.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Eu agora quero arranjar trabalho para ver se saio desta situação.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Lúcia

Idade -44 anos

Sexo - Feminino

Naturalidade - Angola

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos - 4 (Mãe e 3 filhas)

Nível de escolaridade - EFA 9º ano

Entrevista 12: realizada no dia 27 Nov. 2012

Trajetoória e Percurso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“Os meus pais têm o 4º ano.”

O que faziam os seus pais?

Os meus pais agora estão reformados, o meu pai sempre trabalhou aqui numa fábrica perto era chefe e a minha sempre trabalhou em casas de senhoras como doméstica.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Sim, mas eu fui criada num colégio de freiras. Fui para lá com 5 anos.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim, tinha no colégio não nos faltava nada.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Mais ou menos. Quando era pequena sim, mas agora toda a gente se afastou, desde que o meu irmão morreu num acidente de carro, ele era novo tinha 19 anos, e depois a separação do meu pai...”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“O que me marcou mais foi ter vivido aqueles anos todos no colégio, ia só ao fim de semana para casa.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não, não tínhamos dificuldades, depois os meus pais também se separaram e o meu pai voltou a casar com uma senhora que eu sempre considerei minha mãe, ainda tiveram dois filhos mas um acabou por morrer.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Se calhar o maior erro que cometi foi ter separado do meu primeiro marido.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Até ao 6º ano. Não nunca repeti.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Oh... deixei de estudar quando saí do colégio. Tinha 12 anos.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Eu queria trabalhar não queria continuar a estudar.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam?

“Tiveram de aceitar, não podiam fazer muita coisa.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Sim, se calhar hoje tinha mais oportunidades para arranjar trabalho.”

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Comecei como doméstica passado um tempo.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

“Eu arranjei este trabalho através da minha madrasta, ainda estive dois anos a fazer este trabalho.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Tive a fazer o mesmo, mas estive noutras casas e depois fui para uma loja da multiópticas, depois saí e fui para uma loja de lingerie onde estive 3 anos.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim, depois de sair da loja. Vieram os filhos e depois já não trabalhei mais.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim agora sinto dificuldades, naquela altura também queria cuidar dos meus filhos.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Eu fui mãe aos 19 anos, depois é que casei já o meu filho tinha 1 aninho. Estive 9 anos com essa pessoa, depois separei-me e juntei-me outra vez, tive mais dois filhos, mas ao fim de 5 anos tive de me separar.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“O problema da minha filha, felizmente já superou, mas a minha filha teve um tumor com 8 anos mas felizmente já está tudo bem.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Tenho 3 filhos e vivem todos comigo.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Sim, um está no 3º ano, tem 8 anos a minha filha está no 4º ano, tem 10 e tenho um filho com 15 anos, o meu mais velho que está no 9º ano.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjem trabalho?

“Eu quero muito que eles estudem, casem e sejam muito felizes. Quero o melhor para os meus filhos.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Com o meu ex-companheiro nós estávamos sempre a mudar, e também estávamos sempre a zangar-nos, eu ia para casa da minha mãe, depois ele ia-me buscar, foi complicado, mas agora está tudo bem.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Eu já estou separada há 6 anos. Sim tínhamos alguns, estávamos sempre a brigar depois eu tinha de sair de casa, não dava para continuar mais.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Vivi com a minha mãe um tempo, mas agora estou só com os meus filhos.”

Trajectoria e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Soube através do meu ex-marido.”

O que fez para ser beneficiário?

“Fui à Segurança Social, as técnicas também iam lá casa para ver se estava tudo bem, todas as semanas iam lá. Agora já não vão, eu trato bem os meus filhos, não há razão para se preocuparem, sempre tratei bem, os meus filhos são a minha vida.”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Uma das razões era estar separada e também o meu ex-marido não puder ajudar tanto quanto devia, depois também porque está difícil de arranjar emprego.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Como tinha filhos é mais rápido, acho que foi 1 mês mais ou menos.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Ao início não gostava muito quando as técnicas iam lá a casa, mas agora acho que mudou para melhor, já estou mais orientada, embora o que receba seja muito pouco porque também tenho os abonos e a pensão de alimentos.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Não. Eu quando pedi fiquei sem casa também, se calhar também por causa disso tive direito porque não tinha onde viver.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sim, viver com outros rendimentos.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“Mais ou menos. Em Agosto, chamaram-me para cursos subsidiados, mas eu queria mesmo era um curso de cozinha, eu gosto muito e tenho jeito era o meu sonho era abrir um negócio meu onde cozinhasse.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Sim, normalmente sim, a doutora também me ajuda, conversa comigo.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Ajuda-me na formação.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Talvez o aumento do rendimento que recebo.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“É assim eu até acho bem, porque assim também vêm quem realmente precisa, mas acho que deviam ver melhor as pessoas que estão com filhos a cargo, porque as vezes o valor é tão baixo que nem para a renda dá.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Para ajudar e para sermos úteis, eu não me importava.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

“Sim se as pessoas se mostrarem à vontade para o fazer acho que ficam mais ocupadas.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Mudou só porque consegui organizar a minha vida, mas eu queria trabalhar.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Recebo os abonos dos meus filhos e a pensão de alimentos.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não.”

Há quanto tempo recebe?

“Recebo há 5 anos mais ou menos, sempre com renovação.”

Quanto recebe?

“Houve um corte há pouco tempo, atualmente estou com 34€, porque tenho também os abonos e a pensão de alimentos para cada filhos.”

Tem mais poder de compra?

“Não nada.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Tenho despesas com a medicação dos meus filhos que tomam calmantes e comprimidos para a concentração, eles são acompanhados por um psicólogo.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Eu agora vou alugar outra casa para nós, porque esta onde estava a renda era muito alta, agora vou para uma casa onde pago uma renda de 275€.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O

Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Agora estou a ter formação em trabalhos manuais.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Sim a doutora fala muito comigo e está sempre disponível, é muito preocupada.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Não sei bem, pelo menos até arranjar trabalho.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Nem por isso, costumo estar também com a irmã e o meu cunhado.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não, mas com a minha filha sim, por causa do tumor que ela teve...”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Imagino feliz com os meus filhos.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“Acredito que por mais que esteja mal, posso vir estar a melhor e o que me interessa é o bem-estar dos meus filhos e conseguir um trabalho.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Filomena

Idade 38 anos

Sexo Feminino

Naturalidade Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos 4 (Mãe e 3 filhos)

Nível de escolaridade 6º ano

Entrevista 13: realizada no dia 27 Nov. 2012

Trajetoira e Percorso de Vida antes do RSI

Família de Origem

Os seus pais andaram na escola até que ano?

“A minha mãe fez até ao 5º ano mas o meu pai não me recordo muito bem, talvez o 4º ano.”

O que faziam os seus pais?

“A minha mãe trabalhava numa empresa que é a Rical e o meu pai numa companhia de seguros.”

Viveu sempre na mesma casa? Se não, porque mudaram?

“Sim, só depois da separação dos meus pais é que mudei.”

Tinha boas condições de vida naquela altura?

“Sim.”

Representações sobre o passado

A sua família dava-se bem? Costumava manter contato com outros familiares?

“Sim, lembro-me que sim.”

Como se recorda da sua infância e adolescência? Houve algum momento que o/a marcou?

“Talvez a separação dos meus pais quando eu tinha cinco anos.”

Passaram por dificuldades económicas? O que faziam para ultrapassar isso?

“Não, por acaso não.”

Olhando para trás sente que a sua vida podia ter sido diferente? O que mudava?

“Sim talvez mudava algumas coisas, mas tento não pensar muito nisso, porque já não há muito a fazer.”

Percurso escolar

Andou na escola até que ano? Repetiu algum ano?

“Até ao 7º ano, mas nunca repeti.”

Porque deixou de estudar? Tinha que idade?

“Porque não andava lá a fazer nada. Eu dava muitas faltas e passava o dia aí nos bares ou cafés.”

Gostava de estudar, de estar na escola?

“Não, eu queria sair de lá.”

Os seus pais aceitaram esta decisão? O que eles acharam?

“Tiveram de aceitar não podiam fazer nada.”

Sente que a sua vida podia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar?

“Talvez sim, não sei.”

Percurso Profissional

Começou logo a trabalhar? A fazer o quê?

“Eu fiz o curso de encadernador depois de sair da escola e fui para uma tipografia, depois gostaram de mim puseram-me nas máquinas.”

Como conseguiu esse trabalho? Fez esse trabalho durante quanto tempo?

Porque fiz o curso e fui estagiar para lá, estive lá ainda 1 ano e pouco.”

Teve outros trabalhos depois desse? Quais?

“Eu fiz sempre trabalhos deste género, pintura, construção civil.”

Já teve desempregado/a alguma vez? Porquê?

“Sim, porque não me pagavam, fiquei sem 5000 euros e nunca vi esse dinheiro.”

Sentiu dificuldades para conseguir outra vez trabalho? Por que razão?

“Sim, muito por causa do problema que tenho na coluna.”

Percurso familiar

Viveu sempre sozinho/a? | Casou com que idade?

“Não, juntei-me e estive com a minha ex-mulher 9 anos.”

A sua família tem outros problemas sem ser de dinheiro? Quais?

“Os meus problemas de saúde, e a questão da minha filha que ainda se está a resolver.”

Tem filhos? Quantos? Vivem todos consigo?

“Tenho uma filha e um filho e vivem comigo.”

O(s) seu(s) filho(s) estudam? Estão em que ano?

“Um está no 6º ano e o outro no 3º ano.”

Quer que eles continuem a estudar ou quer que eles arranjam trabalho?

“Eu quero é que eles continuem a estudar para terem um futuro melhor.”

Viveu sempre na mesma casa? Ou mudou de residência? Tinham boas condições em casa?

“Sim. Tínhamos as condições mínimas.”

Está separado/a ou divorciado/a? Há quanto tempo? Tinham problemas graves? Porquê?

“Estou separado há 5 anos, não dava mais, a minha ex-mulher agora também está grávida da pessoa com quem está agora e também está desempregada.”

Viveu sempre só com a sua família ou outros familiares?

“Só com a minha família.”

Trajetoória e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI

Requerimento-RSI

Como soube do RSI?

“Soube através de uma senhora que conheço, a Dra Isabel que é da Ribeira, onde eu vivo.”

O que fez para ser beneficiário?

“Fui às Finanças, à Segurança Social, preenchi a papelada toda necessária”

Que motivos o/a levou a requerer este rendimento?

“Eu trabalhava por conta própria, prestava serviços para outra empresa na área da construção civil, entretanto ficaram-me a dever muito dinheiro e nunca mais o vi, ainda falei com um advogado disseram-me logo que nem valia a pena, porque ia gastar muito dinheiro e não ia ter solução nenhuma.”

Quanto tempo demorou o processo a ser aprovado?

“Demorou cerca de 2 meses.”

O que mudou na sua vida desde que começou a receber a prestação?

“Não mudou muita coisa, mas sempre estou melhor do que estava.”

Conhece bem as condições para receber esta prestação?

“Sim sei.”

Sabe os motivos para deixar de receber o rendimento?

“Sei, basta negar alguma coisa.”

Relação com o Programa de Inserção

Como foi feito o programa de inserção? Pediram-lhe para dizer o que queria com este programa?

“No Centro de Emprego disseram que tinha que escolher uns cursos e depois acabei por ir para o ISLA tirar o 9º ano.”

As ações do programa de inserção estão a ser cumpridas?

“Em certa parte sim, porque sempre vou ocupando-me com as novas oportunidades.”

Neste momento, o programa de inserção ajuda-o/a em quê?

“Agora ajuda-me na formação e a nível de dinheiro.”

Sente que podia mudar alguma coisa neste programa?

“Eu acho que deviam ver melhor caso a caso, há famílias que recebem muito pouco ao pé de pessoas que não tem filhos.”

O que acha sobre as novas medidas do Governo para quem está a receber a prestação?

“Eu acho que as pessoas vão ficar ainda mais apertadas e desesperadas.”

Concorda que os beneficiários façam trabalho social como voluntário?

“Eu concordo, mas a mim ainda não me contataram mas se o fizerem eu vou.”

Acha que estas medidas são importantes e melhoram a vida das pessoas?

Depende, por exemplo chamaram-me agora aqui de um Centro de Desenvolvimento de Santarém onde tenho de ir todas as segundas das 10h da manhã até às 11h30 a ouvir os problemas e em termos de educação, como se educa os filhos, estamos lá a partilhar os nossos problemas, eu não acho jeito nenhum aquilo, mas claro que se eu não for, cortam-me a prestação.”

Representações sobre o RSI: Impactos e efeitos

O que sente neste momento, enquanto beneficiário? Sente que a sua vida melhorou muito com a prestação que recebe?

“Não mudou grande coisa, só o facto de puder dar as condições básicas aos meus filhos.”

Recebe mais algum subsídio ou prestação social?

“Não.”

Concorda com o valor da prestação que recebe?

“Não, com a renda, água e luz nem chega.”

Há quanto tempo recebe?

“Recebo há 1 ano.”

Quanto recebe?

“Portanto eu dantes recebia 390 e qualquer coisa, agora com o corte que houve há dois meses estou a receber 303€.”

Tem mais poder de compra?

“Eu só compro aquilo que realmente preciso e isso já é a muito custo.”

Costuma ter muitas despesas de saúde consigo? E com os seus familiares?

“Sim tenho, despesas comigo, por causa das hérnias e com os meus filhos, a minha filha agora anda a ser acompanhada por um psicólogo porque tem um comportamento estranho, baixou muito as notas, rasgava a roupa que tinha vestida, andam a ver o que ela tem, fez uns exames, encefalograma e mais uns quantos disseram que ela podia ter algo tipo a epilepsia, como está a ver é complicado depois com aquilo que ganho.”

Em relação à habitação, tem tido melhores condições para si? E para os seus familiares?

“Sim, tenho as essenciais para os meus filhos.”

Desde que está a receber a prestação, conseguiu ter alguma formação profissional? O Programa de Inserção tem-no/a ajudado?

“Sim, estou nas Novas Oportunidades para ver se acabo o 9º ano.”

O que acha sobre o/a técnico/a/equipa que o/a acompanha? Estão disponíveis e têm-no/a ajudado? Em quê?

“Estão sempre disponíveis é verdade e sempre atentos, mas de momento a única coisa boa é que sempre vou estudando.”

Durante mais quanto acha que vai precisar de receber esta prestação?

“Não faço ideia, até arranjar trabalho possivelmente.”

Percurso social

Sente-se isolado ou costuma ter a companhia dos familiares/ amigos?

“Não, costumo estar com pessoas minhas conhecidas e também tenho os meus filhos comigo.”

Já alguma vez sentiu-se excluído ou passou por alguma situação que não tenha gostado e que o tenha marcado?

“Não, nunca aconteceu.”

Expectativas futuras

Como se imagina daqui a uns anos?

“Não sei, mas espero que melhor.”

Que objetivos tem neste momento? E para a sua família?

“No nosso país nem se sabe o que pensar, a nível de trabalho torna-se complicado, mas espero conseguir dar o melhor aos meus filhos.”

Trajétória e Percurso de Vida após cessação da prestação/Reingresso na medida

Cessação da presta o

Porque deixou de receber a presta o?

“Eu faço parte do clube de Canoagem da Ribeira de Santarém e, na altura precisávamos de alguém l  a tempo inteiro e íamos buscar alguém l  ao Centro de Emprego, ora como é preciso ter conhecimentos também sobre barcos e fibra e isto tudo, eu achei que podia propor na altura às técnicas ser eu a ir para l  que era muito melhor e foi assim que l  estive e depois deixei de receber o RSI.”

O que fez para organizar a sua vida novamente?

“Estive aquele ano seguido a trabalhar, foi muito bom.”

Teve algum apoio extra, os familiares ajudaram-no/a ou recebeu outro apoio social?

“Não.”

Contexto familiar

O(s) seu(s) filho(s) continuaram a estudar?

“Sim, os meus filhos nunca pararam.”

Tinha boas condições na sua residência?

“Tínhamos as mesmas condições.”

Contexto escolar

Fez algum curso teve formação durante esse tempo?

“Não.”

Contexto profissional

Esteve desempregado/a quando deixou de receber a prestação?

“Não, estava a trabalhar.”

Conseguiu depois arranjar trabalho? O que fez para conseguir?

“Não consegui, ainda procurei mas também com o problema de saúde que tenho fico mais limitado.”

Reingresso na medida

O que o/a levou a pedir outra vez a prestação de RSI?

“Terminou o contrato de trabalho, eu estava a receber e tive parar para começar a trabalhar, depois não tive opção.”

Sente que não teve alternativa?

“Sim, eu estive a fazer aquele trabalho 1 ano e não podia ficar sem dinheiro quando tenho os meus dois filhos comigo.”

O processo para pedir o rendimento foi igual ao anterior? O que mudou?

“Não mudou nada, foi igual ao anterior.”

Caraterização do entrevistado

Nome fictício - Francisco

Idade 35 anos

Sexo Masculino

Naturalidade Ribeira de Santarém

Tipo de Agregado familiar e N.º de elementos 3 (Pai e 2 filhos)

Nível de escolaridade 9º ano RVCC